



Jader Silveira (Org.)

HISTÓRIA

Contextos do Brasil e do Mundo

V. 3 | 2023

EDITORA
UNION



Jader Silveira (Org.)

HISTÓRIA

Contextos do Brasil e do Mundo

V. 3 | 2023

EDITORA
UNION

© 2023 – Editora Union

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Union

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587h	Silveira, Jader Luís da História: Contextos do Brasil e do Mundo - Volume 3 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Union, 2023. 104 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-84885-28-8 DOI: 10.5281/zenodo.10042432 1. História. 2. História Geral. 3. História do Brasil. 4. História Mundial. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título. CDD: 909 CDU: 93
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraunion.com.br/2023/10/historia-contextos-do-brasil-e-do-mundo.html>



AUTORES

**ANDRÉ LUCAS HONÓRIO MUNIZ
BRUNO JADSON JARDELINO GOMES
EMANUELE DE FREITAS FREIRE
EMILLY LUANA DE OLIVEIRA PONTES
GABRIELLE RODRIGUES DA SILVA
GRASIELLE RODRIGUES DA SILVA
JOSÉ JORGE DE OLIVEIRA SOBRINHO
JULIANA FERREIRA CIPRIANO
LAISA CAROLINA PLAZA NEVES
MARIA JULIA SALES BRASIL
MARIA LETHYCIA MESQUITA DE FREITAS
MARIANA VALENCA FELIX
NATANAEL REGO MATOS
VIRNA FERREIRA DE MESQUITA
VITOR VIEIRA PINTO**

APRESENTAÇÃO

A obra "História: Contextos do Brasil e do Mundo" surge como um convite para explorarmos os intrincados caminhos da História, através de uma abordagem acadêmica e rigorosa, com o intuito de compreendermos de forma mais profunda e completa o desenvolvimento do Brasil e do mundo ao longo dos tempos.

A História é uma disciplina essencial para o entendimento da complexidade humana. Por meio dela, somos capazes de desvendar os processos sociais, políticos, econômicos e culturais que moldaram as sociedades e influenciaram as trajetórias dos indivíduos. Neste livro, buscamos analisar e interpretar os eventos históricos a partir de uma perspectiva científica, utilizando metodologias rigorosas e baseando-nos em fontes confiáveis e atualizadas.

Ao longo das páginas desta obra, você encontrará uma análise dos diferentes períodos e momentos cruciais da história, tanto do Brasil quanto do contexto global. Nesse sentido, cada capítulo deste livro foi elaborado com o objetivo de oferecer um embasamento teórico sólido e uma análise crítica dos acontecimentos. Além disso, trazemos à tona debates historiográficos, para que você possa compreender as diferentes interpretações sobre os fatos e desenvolver seu próprio senso crítico.

Ao se aventurar por estas páginas, você terá a oportunidade de se aprofundar nos debates e reflexões acadêmicas, mergulhando em uma variedade de temas e perspectivas que enriquecerão seu conhecimento sobre a história.

Este livro científico é destinado a estudantes, pesquisadores, professores e a todos aqueles que se interessam por compreender a história em toda a sua complexidade. Esperamos que esta obra seja um instrumento valioso para a sua formação acadêmica e para o desenvolvimento de um pensamento crítico e embasado sobre o passado.

Desejamos a você uma leitura estimulante e enriquecedora, na certeza de que a compreensão do passado nos guiará rumo a um futuro mais consciente e esclarecido.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1	
IMAGINÁRIO REPUBLICANO: GÊNERO, RAÇA E EDUCAÇÃO	
<i>Maria Julia Sales Brasil; Virna Ferreira de Mesquita; Emilly Luana de Oliveira Pontes; Bruno Jadson Jardelino Gomes; Juliana Ferreira Cipriano; André Lucas Honório Muniz; Natanael Rego Matos; Maria Lethycia Mesquita de Freitas; Vitor Vieira Pinto</i>	08
Capítulo 2	
NOVAS NARRATIVAS SOBRE “VELHAS TELAS”: UMA DISCURSÃO SOBRE PATRIMÔNIO, CULTURA E ESQUECIMENTO NO NASCER DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)	22
<i>José Jorge de Oliveira Sobrinho; Laisa Carolina Plaza Neves</i>	
Capítulo 3	
A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO NA ERA VARGAS (1930-1945): DISPUTAS A RESPEITO DO PROJETO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL DE MÁRIO DE ANDRADE	
<i>Bruno Jadson Jardelino Gomes; Juliana Ferreira Cipriano; André Lucas Honório Muniz; Natanael Rego Matos; Maria Lethycia Mesquita de Freitas; Vitor Vieira Pinto; Maria Julia Sales Brasil; Virna Ferreira de Mesquita; Emilly Luana de Oliveira Pontes</i>	43
Capítulo 4	
A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM ESAÚ E JACÓ DE MACHADO DE ASSIS	65
<i>Grasielle Rodrigues da Silva; Gabrielle Rodrigues da Silva</i>	
Capítulo 5	
DIREITO À POESIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA POESIA, ENQUANTO INSTRUMENTO POLÍTICO NO CONTEXTO REVOLUÇÃO CHILENA NA OBRA “O CARTEIRO E O POETA”	75
<i>Emanuele de Freitas Freire; Mariana Valenca Felix</i>	
Capítulo 6	
HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: USOS, DESUSOS PATRIMONIAIS E RESSIGNIFICADOS EM UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL	
<i>Vitor Vieira Pinto; Natanael Rego Matos; Bruno Jadson Jardelino Gomes; Juliana Ferreira Cipriano; André Lucas Honório Muniz; Maria Lethycia Mesquita de Freitas; Maria Julia Sales Brasil; Virna Ferreira de Mesquita; Emilly Luana de Oliveira Pontes</i>	84
AUTORES	101

Capítulo 1
IMAGINÁRIO REPUBLICANO: GÊNERO, RAÇA E
EDUCAÇÃO

Maria Julia Sales Brasil
Virna Ferreira de Mesquita
Emilly Luana de Oliveira Pontes
Bruno Jadson Jardelino Gomes
Juliana Ferreira Cipriano
André Lucas Honório Muniz
Natanael Rego Matos
Maria Lethycia Mesquita de Freitas
Vitor Vieira Pinto

IMAGINÁRIO REPUBLICANO: GÊNERO, RAÇA E EDUCAÇÃO

Maria Julia Sales Brasil

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). majubrasil@gmail.com

Virna Ferreira de Mesquita

Professora e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do Departamento de História da UFC. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br). virnaferreira07@gmail.com

Emilly Luana de Oliveira Pontes

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). emillyluanaoliveira@gmail.com

Bruno Jadson Jardelino Gomes

Professor e Bolsista do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br).brunojadson.14@gmail.com

Juliana Ferreira Cipriano

Professora e Advogada. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). julicipri13@gmail.com

André Lucas Honório Muniz

Professor e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ICT FUNCAP). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). andrelocashm@gmail.com

Natanael Rego Matos

Professor e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). nathan.istari@outlook.com

Maria Lethycia Mesquita de Freitas

Professora e Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). lethymesquiitaa@gmail.com

Vitor Vieira Pinto

Professor e Bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). vitorvieirap1@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca analisar o imaginário e a conjuntura social na República Brasileira (1889-1930). Outrossim, tal pesquisa se justifica através da necessidade de reflexão sobre as problemáticas imbuídas dentro da tendência historiográfica que propõe um protagonismo monolítico do Estado ou da burguesia diante da construção da História. O objetivo é discutir o discurso republicano imbricado na participação das mulheres e dos negros, bem como o papel da educação como processo civilizatório. A Primeira República foi caracterizada pela busca de progresso, mas enfrentou desafios políticos. As mulheres foram retratadas conforme modelos franceses, mas também buscaram emancipação. A população negra participou na disseminação do imaginário republicano, apesar de algumas restrições. A educação foi vista como meio de promover o desenvolvimento do país, embora ainda fosse elitizada e segregada. Nesse contexto, o imaginário republicano se tornou uma força motriz para a sociedade. Através de discursos e ideias propagadas pela elite intelectual, os valores de progresso, modernidade e liberdade foram difundidos entre a população, na qual a imprensa desempenhou um papel crucial na disseminação dessas ideias, enaltecendo o novo regime e sua busca por transformações na política e na sociedade. Vale destacar, que a consolidação da República Brasileira foi um processo complexo e marcado por desafios e avanços, envolvendo diversos elementos como o imaginário republicano, a busca pelo progresso, as transformações sociais como a participação das mulheres e da população negra, em que a própria educação também desempenhou um papel importante nesse contexto, buscando promover o desenvolvimento do país e formar cidadãos capazes de contribuir para a sociedade.

Palavras-chaves: Imaginário Republicano; Mulheres; Negros; Educação; Progresso.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the imaginary and the social situation in the Brazilian Republic (1889-1930). Furthermore, such research is justified by the need to reflect on

the issues embedded within the historiographical trend that proposes a monolithic protagonism of the State or the bourgeoisie in the face of the construction of History. The objective is to discuss the republican discourse intertwined with the participation of women and blacks, as well as the role of education as a civilizing process. The First Republic was characterized by the pursuit of progress, but faced political challenges. Women were portrayed according to French models, but they also sought emancipation. The black population participated in the dissemination of the republican imaginary, despite some restrictions. Education was seen as a means of promoting the country's development, although it was still elitist and segregated. In this context, the republican imaginary became a driving force for society. Through speeches and ideas propagated by the intellectual elite, the values of progress, modernity and freedom were spread among the population, in which the press played a crucial role in the dissemination of these ideas, praising the new regime and its search for transformations in politics and society. It is worth highlighting that the consolidation of the Brazilian Republic was a complex process, marked by challenges and advances, involving various elements such as the republican imaginary, the search for progress, social transformations such as the participation of women and the black population, in which the very Education also played an important role in this context, seeking to promote the country's development and train citizens capable of contributing to society.

Keywords: Republican Imaginary; Women; black; Education; Progress.

INTRODUÇÃO

A priori, o presente trabalho pretende se debruçar em analisar a conjuntura social e o imaginário envolvido durante a república brasileira (1889 - 1930). Vale ressaltar, que se tem como um impulsionador pensar as camadas desta sociedade e o processo historiográfico que embasa esse recorte. Consoante a isso, nos propusemos a analisar o processo de educação, a participação das mulheres e dos negros. Para tanto, é imprescindível destacar os conflitos e complexos que permeiam esse período para além de uma transformação física, territorial, sendo também, um momento de mudanças severas na política e nas camadas da sociedade. Ademais, demonstraremos as mobilizações e importação de símbolos que foram pertinentes nesse processo de fomentação do imaginário republicano.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é produzir um debate sobre o discurso do imaginário republicano e sua reflexão dentro do contexto brasileiro, em específico no popular entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Como objetivos

específicos se caracteriza a análise das repercussões na sociedade sobre o atual regime, assim como a participação feminina e negra como influentes na formação do imaginário popular sobre a república, juntamente com o estudo do começo do período onde se põe em pauta uma análise sobre a formação do pensamento de um possível sistema com ideias de progresso, fazendo um contraponto com o império que seria algo retrógrado. Adicionalmente, uma postura da elite imperial moldando uma imagem tradicionalista do Brasil durante a primeira república. Essa administração utilizou-se da educação como processo civilizatório de correção de indivíduos que optassem por uma forma de vida ou um modo de ser que não se coadunassem às normas estabelecidas.

METODOLOGIA

Nesse segmento, para a metodologia apropriou-se de uma pesquisa de cunho bibliográfica (GIL, 2002) que propiciou um aprofundamento acerca do tema. Nesse sentido, vale destacar que as obras de José Murilo de Carvalho, Petrônio Domingues (2014), Ana Flávia Magalhães (2018), Samanta Mendes (2010), Margareth Rago (2018), Saviani (1990), Martins (2006), Alves (2018), entre outros trazem importantes reflexões para suscitar a reflexão que permeia o cerne deste trabalho.

O imaginário republicano

A Primeira República Brasileira, também conhecida como "República Velha", foi caracterizada pela difusão desse imaginário republicano e pela busca pelo progresso. O presidente Campos Sales (1898-1902) teve um papel relevante na consolidação desse período, estabelecendo uma aliança política entre as elites paulistas e mineiras, chamada de política do "café com leite". Essa aliança permitiu a continuidade das políticas de modernização iniciadas no período imperial. Campos Sales defendeu uma política de estabilização econômica. Entretanto, a Primeira República enfrentou desafios e tensões políticas que levaram à sua decadência a partir da década de 1920. A falta de renovação política e a concentração do poder nas mãos das mesmas elites contribuíram para a perda de legitimidade do regime.

O Estado contribuiu para o projeto nacional de modernização e progresso, destacando-se em áreas como trabalho, educação e infraestrutura. A literatura da

época refletiu os valores republicanos, enaltecendo o progresso e a modernidade. A imprensa desempenhou um papel fundamental na divulgação desse imaginário e das ideias de modernização.

Os autores José Murilo (1990), Renato Lessa (1988), Nicolau Sevcenko (2003), convergem ao defender uma sociedade republicana fundamentada em valores de progresso, embora reconheçam as dificuldades de implementação devido ao regime monárquico consolidado. A leitura dessas obras permite compreender como diferentes aspectos da sociedade brasileira foram mobilizados para a concretização desses ideais republicanos.

As mulheres e o imaginário republicano

A partir da tentativa de legitimar a república recém instaurada, percebemos que não somente as estruturas arquitetônicas sofreram alterações e inspirações de modelos exteriores, uma vez que, a própria mentalidade, a maneira de agir, de vestir-se e de comportar-se passam a exigir uma padronização devido o plano da elite ilustrada da época. Nesse sentido, a fomentação de uma representação distante da “antiga monarquia” é indispensável para reforçar os ideais almejados. Cabe analisar então, como um imaginário acerca e para a figura feminina foi forjado no século XIX.

De início, cabe salientar que apesar das alterações sofridas no país, a inspiração brasileira na tentativa de fomentar um imaginário social para a figura feminina na república, ocorreu a partir da Revolução Francesa do século XVIII, na qual, Marianne foi um grande símbolo. Percebe-se que no Brasil, os artistas que majoritariamente mobilizaram obras e figuras femininas seguindo o modo francês, foram os artistas positivistas (Carvalho, 1990).

Dessa forma, representavam as mulheres seguindo um padrão, tais como, trajes que demonstram uma classe social mais alta, a imagem de mulher escolhida é a branca e por vezes é acompanhada por uma criança, acentuando o pensamento desta como um ser do lar e maternal. De tal forma que, no imaginário ilustrado esse papel mais passivo seria o único o qual a mulher suportaria, limitando-as como uma cuidadora e preparadora dos cidadãos que participaram ativamente das decisões da sociedade, ademais, a expressão exclui as particularidades das inúmeras outras mulheres do século XIX.

Todavia, a figura da mulher não ficou estática nesse molde de condutora para o progresso que viria a ser república, isso porque, logo nos anos iniciais, uma crise atinge o país, os governantes enfrentam dificuldades na gestão, as condições sanitárias e ambientais eram críticas, entre tantos outros problemas. Com o fito de ridicularizar o momento no qual a república defrontava, os cartunistas utilizam-se dos jornais para renovar aquela imagem feminina republicana, entretanto, dessa vez a representação era por intermédio de sátiras e a imagem circulante era a de uma mulher exausta, sem roupa, abatida e envelhecida.

Outrossim, é interessante notar como dois extremos a respeito da figura da mulher foram mobilizados, a mulher de classe mais alta, maternal que conduz uma revolução, e do outro lado, no momento em que esta revolução não é bem-sucedida e decepciona as expectativas, a mulher é exausta e de classe mais baixa. Portanto, nenhuma dessas representações nos oferece a imagem feminina como uma figura ativa politicamente, como uma pessoa que estava inserida em atividades laborais, como um sujeito histórico ou em situações comuns do cotidiano.

É imprescindível que a pauta sobre a mulher indígena seja salientada, isso porque, a literatura, como um instrumento de mobilização e legitimação, no século XVIII, com uma corrente literária, forjou um ideal de que o país foi construído com a existências de três principais atores, e entre estes, estavam os povos nativos, surge então uma valorização indígena na sociedade, ainda que de maneira romantizada. Contudo, no contexto da república, esse grupo é posto de lado e menosprezado mais uma vez, quando se fala de mulher indígena nas obras ou até mesmo nas políticas da primeira república, percebemos um verdadeiro descaso e temos a certeza do poder da escrita e literatura em validar um plano político.

Nesse ínterim, as representações da mulher negra no contexto republicano é uma realidade que também cabe ser descrita. Ao observar obras como “O Cortiço” e uma de suas personagens Bertoleza, urge que o processo e a trajetória das mulheres negras ao decorrer da república foi árduo Costa; Guimarães (2020), o livro conta com certos comportamentos estigmatizados sobre a figura desta, demonstrando os resquícios do período escravista e corroborando para um discurso de preconceituoso e reducionista.

Apesar dessas representações, a partir das pesquisas historiográficas constatamos que as mulheres, ou pelo menos uma parte destas devido todas as problemáticas contidas em contexto sócio-histórico, estavam além do imaginário e de

suas representações, isso porque, estas criaram estratégias para inserir-se de diversas outras formas na sociedade republicana.

Sabe-se que um projeto político para legitimar o discurso republicano foi essencial, assim, a educação no contexto do século XIX, foi um aparato utilizado com o intuito de transformar a “nação em civilizada”, nos moldes e contexto da mentalidade ilustrada. Portanto, o papel da mulher como educadora ultrapassa os lares e chega à escola Oliveira; Martiniak (2018), de certo, é ideal afirmar que a entrada feminina no campo da educação ocorreu de forma processual e lenta, posto que, o imaginário republicano e seu projeto de civilização, não levava em consideração a emancipação e autonomia feminina.

Outrossim, essa profissão ainda era bastante elitizada e restrita no contexto, poucas mulheres, ou seja, somente aquelas de classe mediana conseguem ocupar efetivamente o encargo como professora, e quando conseguiam tal realização ainda estavam em posições menos favorecidas, quando comparamos a realidade de homens professores. Destaca-se ainda que gradualmente homens afastaram-se do ofício de educador, pois, cada vez mais esse papel foi relacionado às mulheres, acarretando, portanto, uma feminilização do magistério e do imaginário da profissão somente como uma vocação.

Com a crescente urbanização conseguida a partir da remodelação das cidades, as mulheres ocupam gradualmente mais espaços nos grandes centros, nesse contexto dos fins do século XIX e início do século XX a presença de mulheres era maciça, um pequeno grupo adentrava os cafés, festivais, modistas, teatros e entre outros, enquanto a maioria do grupo efetua a iniciação da jornada dupla de trabalho, ou seja, além das atividades domésticas realizadas anteriormente, foram também inseridas ao ofício fora do lar, principalmente, como operárias nas inúmeras fábricas inauguradas com a industrialização brasileira.

Inegavelmente, essa presença feminina causa estranhamento as estrutura de uma sociedade que desde sempre denomina as ações e comportamentos femininos, urge um processo de controle sobre a circulação das mulheres em espaços públicos, porque obviamente, a mão de obra e consumo dessas pessoas era importante economicamente, entretanto, mantê-las em posições inferiorizadas, com péssimas condições de trabalho e salário também era essencial a essa sociedade.

Adjunto a essas circunstâncias, uma nova problemática, em torno das mulheres trabalhadoras esteve em pauta no contexto da primeira república e ainda permeia nos

tempos atuais. Como já destacado anteriormente, a corrente positivista foi uma grande difusora do discurso da família como uma organização, contudo, para o imaginário desse grupo, a mulher seria a base de tal instituição e a responsável pela manutenção da “família ideal”. Assim, ao passo que essas adentravam os espaços sociais e de trabalho, a culpa recaía sobre as mesmas, pois, estariam negligenciando suas obrigações como mãe e dona do lar, e claro, essa “culpa” era mobilizada e respaldada por políticos, educadores e até mesmos médicos da época que se utilizavam de conceitos e discursos sexistas para manter as estruturas preconceituosas.

Portanto, não podemos deixar de acentuar que embora a historiografia tradicional tente silenciar, essas mulheres, principalmente as operárias, lutaram por melhorias nas condições de trabalho e de vida. De acordo com Mendes (2010), estas foram amplamente omitidas no que diz respeito à participação de movimentos como os anarquistas, operários e outros que envolvem a luta pelos direitos. Logo, constata-se que na verdade, as mulheres estavam inseridas em movimentos de operariado, formaram sindicatos e participaram diretamente de greves e motins, indo contra o imaginário republicano posto sobre estas.

Por fim, destaca-se uma questão retratada na obra de Rago (1997), o fato de as mulheres invadirem o campo da esfera urbana, não pôs um fim nas amarras e padrões as quais estas deviam seguir, uma vez que, dentro dos próprios movimentos políticos, muitas vezes, eram sujeitadas a participar como subordinadas, entretanto é ideal saber que de certa forma, as mulheres, em sua maioria e não totalidade, fugiram da designação de papéis únicos impostos no contexto republicano.

O imaginário dos negros sobre a república

Diante desse contexto brasileiro, Maria Tereza Chaves (2008), vai trazer à tona a problematização da ação da propaganda, que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, onde a república expandiu seu campo semântico adquirindo também agora significantes como a de liberdade. Inseridos nessa realidade, pós abolição da escravidão e com a crescente disseminação dos ideais republicanos, uma parcela da população estava discutindo o conceito de liberdade, a população negra.

Essas discussões ocorreram de diversas formas, tanto no dia a dia, mas também dentro das associações, como a *Mocidade Preta* e o *Club Republicano dos*

Homens de Cor e dentro da imprensa negra, podendo exemplificar os jornais *A pátria*, *O exemplo* e *O Homem*, os quais Ana Flávia Magalhães (2018) analisou seus contextos e discursos. Diante de uma crença de cidadania sem preconceitos, a população negra participou ativamente na disseminação pró república, Petrônio Domingues (2014) discorre que no âmbito das associações, algumas possuem em sua plataforma de atuação fazer propaganda política com seus iguais, e fazer crer a esses que estão sendo vítimas das instituições vigentes, vulgo o Império.

Assim como não eram todos os negros que eram monarquistas, também não o eram todos republicanos, muitos possuíam a sua predileção pelo antigo regime, que durante a sua existência, promoveu a libertação. Dentro no imaginário havia-se também a boataria de que com a república, os negros iriam passar por um processo de reescravização, já que muitos ex-senhores participavam do republicanismo. Dentro da disputa das narrativas sobre a liberdade, entra-se o questionamento sobre ações do império em prol da população escravizada, a pauta baseia-se em divergências onde os monarquistas, segundo a historiografia, irão atribuir essas ações ao governo do Império, inclusive preservando a imagem de Isabel. Em contrapartida, os republicanos entram no debate afirmando que na realidade a conquista foi do povo e que só cederam a partir da pressão e luta deste. Petrônio Domingues reflete:

Este e outros episódios correlatos sugerem que os negros - quer sob a rubrica de "libertos" ou "homens de cor" participavam ativamente dos debates políticos da corte, ora unidos, ora afastados, ora em campos opostos. Não constituíam uma unidade de afiliações congênicas cuja essência era transmitida pelo sangue. Em vez disso, formavam uma arena fluida, plural e multifacetada, calibrada por diferentes experiências político-culturais, perspectivas de cidadania e narrativas de igualdade (Domingues, 2014).

Em consonância a isso, não podemos considerar os libertos e os homens de cor como um todo homogêneo, mas entender que até então silenciados, passaram a se reconhecer como pessoas dentro da disputa político-institucional.

Outrossim, após o advento da república brasileira, ocorreram políticas sanitárias tendo em vista a modernização do país. Formaram-se para isso, instituições disciplinadoras, as quais tiveram em boa parte do seu papel a repressão das classes subordinadas. A prisão de vadios, vagabundos e capoeiras representou parte dessa função, já que devia-se colocar recluso tudo o que não deveria ser visto, e que ameaçavam a ordem pública mesmo que não fossem acusados de algum crime.

Ocorria também uma relação entre capoeiras e monarquistas, devido a antiga guarda negra, que faziam campanha em prol do antigo regime, fator que intensificou ainda mais a perseguição direta a essa parte da população. No Pará, por exemplo, a caça aos capoeiras que possuíam ligação com grupos conservadores começou antes mesmo da aprovação do Código Penal de 1890, que criminalizou o jogo-luta por meio do artigo 402 do Livro III Das Contravenções em Espécie, capítulo XIII Dos Vadios e Capoeira. (SANTOS, M. S. DOS, 2004)

Em suma, passou-se a considerar necessário o encarceramento e a correção dos que optaram por uma forma de vida ou modo de ser que não se coadunassem às normas estabelecidas, adaptando-os aos padrões de conduta da época. Ademais, faz sentido saber que capoeiras, prostitutas e presos fossem, em sua maioria, defensores da monarquia.

Ou seja, deu-se início no Brasil um processo de exclusão social dos alforriados, e entender as dificuldades que estes passavam ao tentar sua inserção no mercado de trabalho é crucial para entender as mudanças que ocorreram dentro da capoeira, tentando adaptar-se naquele contexto, onde a população negra dispunha até mesmo de sua habilidade marcial para tentar sobreviver em espaços negros como o morro do piolho em São Paulo, conhecido por reunir capoeiras, malandros e valentões.

A educação como processo civilizatório

Durante a Primeira República, a educação no Brasil passou por transformações significativas, visando o progresso e a valorização da intelectualidade. Magalhães (2003) destaca que a educação era vista como um meio de difundir valores desejáveis, buscando formar cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento do país. A Belle Époque, que coincidiu parcialmente com a Primeira República, enfatizou a educação como um mecanismo civilizatório para promover a modernização e o progresso social.

No entanto, a educação ainda era elitizada, com restrições para mulheres e negros. Magalhães (2003) afirma que as mulheres enfrentavam limitações e desigualdades de gênero, sendo direcionadas para papéis tradicionais de esposa e mãe. Em relação aos negros, havia segregação racial e restrições no acesso à educação formal, sendo a maioria das escolas reservadas para brancos.

Apesar dessas restrições, houve um aumento gradual no número de escolas e matrículas durante a Primeira República. Martins (2006) destaca a influência da Escola Nova nesse período, um movimento pedagógico que defendia uma abordagem mais moderna e integral. A Escola Nova valorizava o desenvolvimento das habilidades, formação de valores e autonomia do aluno, e propunha uma educação personalizada adaptada às necessidades individuais. Alves (2018), ressalta que a Escola Nova tinha uma relação estreita com os movimentos anarquistas, que eram ativos naquele período. Os anarquistas viam na educação uma ferramenta para a transformação social e a emancipação dos indivíduos, defendendo a autonomia do aluno, a cooperação, o respeito mútuo e o pensamento crítico como fundamentais na educação libertadora.

Saviani (1990) também contribui para o entendimento desse período ao afirmar que os anarquistas acreditavam em uma educação que permitisse aos alunos desenvolverem-se plenamente como seres humanos livres. Em resumo, a Primeira República brasileira trouxe avanços e desafios na educação. Apesar das limitações e desigualdades, foram criadas escolas e instituições de ensino, representando um avanço na instrução pública. Movimentos pedagógicos como a Escola Nova, de acordo com as perspectivas de Martins (2006), Alves (2018) e Saviani (1990), questionaram os modelos tradicionais de ensino, buscando uma abordagem mais crítica.

CONCLUSÃO

Em suma, a consolidação da República Brasileira foi um processo complexo e multifacetado, envolvendo o imaginário republicano, a perspectiva de progresso, as transformações culturais e literárias, a participação das elites e a atuação das mulheres e da população negra. Em conclusão, o estudo e análise da Primeira República Brasileira, especialmente no que diz respeito às representações de gênero, raça e educação, revelam a complexidade da sociedade brasileira da época e seus reflexos na atualidade. Essa temática nos ensina valiosas lições sobre como a construção de imaginários e estereótipos pode influenciar o desenvolvimento político e social de um país.

Ao compreender as representações da mulher, da população negra e o papel da educação durante a Primeira República, somos confrontados com a importância

de reconhecer as diversas vozes e experiências que foram silenciadas ou marginalizadas naquele contexto histórico. Esses estudos nos lembram que a história não é homogênea, mas sim multifacetada, e que a diversidade de perspectivas enriquece nossa compreensão do passado e do presente.

Além disso, ao investigar como as mulheres e a população negra resistiram às limitações impostas a eles e encontraram maneiras de se afirmar na sociedade republicana, aprendemos sobre a resiliência humana e a luta por direitos e igualdade. Essas histórias inspiradoras nos incentivam a continuar buscando a justiça social e a igualdade nos dias de hoje.

Por fim, a análise da educação como uma ferramenta para a transformação social e o papel dos movimentos pedagógicos nos faz refletir sobre o poder da educação em moldar mentes e sociedades. O estudo dessa temática nos convida a pensar criticamente sobre os sistemas educacionais atuais e como eles podem ser aprimorados para promover valores de igualdade, inclusão e pensamento crítico. Em resumo, a importância do estudo dessas questões da Primeira República Brasileira reside no fato de que elas não são apenas registros históricos, mas também lições valiosas que podem iluminar o caminho para um futuro mais justo, inclusivo e igualitário. Portanto, continuar a explorar e debater esses temas é fundamental para o avanço da sociedade brasileira e global como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Alberto Marques. **República e educação**: dos princípios da escola nova ao manifesto dos pioneiros da educação. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 11, 2018.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas: O imaginário Republicano no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

DA COSTA, Camila dos Santos; GUIMARÃES, João Pedro da Silveira. **AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA MULHER NEGRA NO BRASIL REPUBLICANO: UMA ANÁLISE DAS OBRAS “O CORTIÇO” E “PONCIÁ VICÊNCIO”**.

DE OLIVEIRA, Loraine Lopes; MARTINIÁK, Vera Lúcia. **Liberdade, igualdade e democracia**: o ideário republicano e a educação das mulheres no início do século XX no Brasil. Educação & Formação, v. 3, n. 9, p. 159-176, 2018.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira.** Rio de Janeiro. Vértice. 1988

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A educação na Primeira República.** Bahia: UESB, p. 1930-1961, 2003.

MARTINS, Angela Maria Souza. **A educação libertária na Primeira República.** Núcleo de Estudos em Educação Brasileira-NEB-UNIRIO, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A modernidade republicana.** Tempo, v. 13, p. 15-31, 2009.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930.** 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** Brasil, Paz e Terra, 2018.

SANTOS, M. S. DOS. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 138–169, jan. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **O pensamento da esquerda e a educação na república brasileira.** Pro-Posições, v. 1, n. 3, p. 7-21, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa M. **Dicionário da República: 51 textos críticos.** São Paulo: Cia. das Letras,. 2019

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.**São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Capítulo 2

**NOVAS NARRATIVAS SOBRE “VELHAS TELAS”:
UMA DISCURSÃO SOBRE PATRIMÔNIO,
CULTURA E ESQUECIMENTO NO NASCER DA
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)**

José Jorge de Oliveira Sobrinho

Laisa Carolina Plaza Neves

NOVAS NARRATIVAS SOBRE “VELHAS TELAS”: UMA DISCURSÃO SOBRE PATRIMÔNIO, CULTURA E ESQUECIMENTO NO NASCER DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)

José Jorge de Oliveira Sobrinho

Mestrando em História no PPGH-UFG, especialização em Docência Profissional pelo IFG e graduação em História pelo IFG. E-mail: jorgehistoriaigh@gmail.com

Laisa Carolina Plaza Neves

Especialização em Docência Profissional pelo IFG e graduação em História pelo IFG. E-mail: laisaplaza2@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende debater a elaboração de uma memória oficial através das obras artísticas de grandes pintores no Brasil que legitimam uma narrativa única sobre a História, desconsiderando a pluralidade cultural existente nesse país. Toda essa narrativa histórica universalista tem marginalizado de forma violenta os demais grupos existentes no nosso país, impondo para nossa trajetória um protagonismo branco, que é pautado em suas raízes colonialistas, que reforça o racismo e uma tendência assimilacionista desses diferentes grupos étnicos, que são impedidos de terem um status de cidadania e participar dos espaços de decisões políticas, em prol de uma civilidade que não integra a totalidade da população.

Palavras-chave: *patrimônio, cultura, identidade e esquecimento.*

ABSTRACT

This article intends to discuss the elaboration of an official memory through the artistic works of great painters in Brazil that legitimize a unique narrative about History, disregarding the cultural plurality that exists in that country. This entire universalist historical narrative has violently marginalized the other existing groups in our country, imposing a white role on our trajectory, which is based on its colonialist roots, which reinforces racism and an assimilationist tendency of these different ethnic groups, which are prevented of having a citizenship status and participating in political decision-making spaces, in favor of a civility that does not integrate the entire population.

Keywords: *patrimony, culture, identity and forgetfulness.*

INTRODUÇÃO

Com o início da República um novo tempo de mudanças se anunciava na história brasileira: era a promessa de novos ares, de liberdade, desenvolvimento e

modernização. A escravidão havia sido abolida a pouco, e o Brasil entra em uma nova fase de exploração do trabalho assalariado, inaugurando o processo de transferência para uma economia capitalista global. Com este novo tempo vem a necessidade de se criar novas histórias, novos símbolos que cercam uma memória idealizada de república, demonstrando uma realidade inexistente de desenvolvimento, favorecendo uma narrativa excludente, e pautada no esquecimento de uma grande parcela da população que não participa do processo de instauração da República.

Houve uma construção de memória que liga o Brasil à Europa Ocidental, negando a grande pluralidade da população brasileira resultando na exclusão política e social desses grupos (negros, indígenas, pobres e mulheres) que acabam marginalizados e esquecidos conseqüentemente. Desta forma, elaboraram um patrimônio que relaciona o país a um passado colonizador europeu, enaltecendo um processo “civilizatório”. Tudo que é contrário a esse sentido de “civilização” europeia deve ser encoberto e combatido, até mesmo com rigor legal. Isso fica evidente nos art. 402 ao 404 do Código Penal Brasileiro de 1929, que proibiam as rodas de capoeira, considerando até mesmo os instrumentos musicais utilizados como armas, ou na proibição das rodas de samba e na perseguição dos sambistas classificados como vadios.

Mesmo no processo de modernização das capitais brasileiras durante a primeira década do século XX, é inequívoco o afastamento, como medida política, das classes populares dos grandes centros, o que desencadeia um processo de marginalização, dessa população pobre, majoritariamente negra e descendente de escravos. Ao passo que a capoeira e o samba, enquanto patrimônio imateriais dos afro-brasileiros foram negados, uma memória oficial que interliga o Brasil a Europa, sobre égide de um passado colonialista, é valorizado.

Podemos verificar isso nos festejos “Quarto centenário do Descobrimento do Brasil”, no discurso de André Gustavo Paulo de Frontin e nas esculturas do mexicano Rodolfo Bernardelli, ambos valorizando uma memória colonialista e violenta, glorificando o “descobrimento” dos portugueses, que liga a identidade brasileira a uma ordem universalista da cultura civilizatória ocidental.

Esse processo de elaboração de uma memória que associa o Brasil a essa civilização ocidental, por meio do patrimônio, pode ser notado em várias obras artísticas como a de Oscar Silva, *Fundação da cidade de São Paulo* de 1909, que conecta a uma vertente de obras consagradas do imaginário brasileiro como a

Primeira missa no Brasil de Victor Meirelles de 1861, e a obra de Benedito Calixto, *Proclamação de República* de 1893. Todas essas obras apontam para um enaltecimento do Brasil através de seu passado colonial ou demonstram uma exclusão das classes populares do processo político de implantação da república brasileira.

Histórias sobre telas: patrimônio sobre novos “enquadramentos”

As obras artísticas são patrimônios que ajudam a fundar um imaginário acerca da identidade do povo brasileiro, que se perpetua no substrato ideológico social, estando presente em livros didáticos e nos mais diversos meios midiáticos. Muito difícil encontrar um brasileiro que não conhece a famigerada obra de Pedro Américo, *Independência ou Morte*, que retrata um ideário sobre a independência do Brasil, onde as margens do Rio Ipiranga Dom Pedro I liberta o país do jugo português.

Essas obras fazem parte de uma memória coletiva, uma espécie de depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano, e acaba por toma-las como verdadeiras, como parte de nossa consciência e identidade. Existe uma ponte de ligação entre a memória coletiva e individual, pois nossas aspirações pessoais se apoiam nessa memória coletiva, criando uma “consciência de grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 61-62). Duby (1976, p.131-132) aponta que a memória é uma construção social, e, portanto, uma operação ideológica. A História, enquanto produtora de conhecimento, deve trazer a luz essas ideologias presentes na constituição dessas memórias, com isso poderemos entender que o patrimônio defende um discurso, pautado sobre uma memória que está em constante mudança, onde se abre um espaço de disputa, para que outras vozes possam ecoar.

Pautando a memória por sua construção social, entende-se que a memória também é um lugar de disputa, onde muitas vezes tem sido usada para constituir um espaço ideológico do dominador, fundamentado no discurso de sujeitos participantes do processo de sua elaboração, que ocupam o poder. O que ocorre então é um apagamento político, substituindo-o por uma memória que legitima a dominação do vencedor. Em suma, quando refletimos sobre o que é considerado patrimônio pelas agências reguladoras, percebemos um discurso político que apaga os diferentes grupos constituintes da identidade e cultura brasileira dessa memória coletiva, e há a manutenção da exaltação colonialista e violenta. A memória é uma construção

estratégica, que é constantemente apropriada e reelaborada como reflexão sobre o passado e para o exercício do poder (OLIVEIRA,2010, p. 134-136).

A obra de Benedito Calixto “*A Proclamação da República*” de 1893, foi criada para representar o momento da Proclamação da República no Brasil. Esse é um quadro bem presente no ideário brasileiro, dificilmente se encontra um livro didático que aborde a Proclamação da República que não tenha essa imagem. Ela cria uma memória sobre o grande marco ocorrido, constitui um ideal de república ordeira, civilizada e militar. Os personagens, as construções, tudo em perfeito alinhamento demonstrando uma ordem, que guia a política, evidenciando o poderio militar que era apoiado pela elite cafeeira.

Mas, podemos questionar uma ausência: onde está o povo? Napolitano (2016, p.14) aponta que a obra de Calixto que faz parte do imaginário brasileiro, como uma certidão do nascimento da República, e a fala do Aristides Lobo corrobora para isso “o povo assistira a tudo bestializado”. O povo está fora da narrativa oficial da Proclamação da República, a população geral não foi representada na obra de Calixto nem mesmo na memória do novo regime, e assim todo evento se desenrola entre a elite agrária e o poder militar. Murilo de Carvalho (1987, p.9) aponta que o povo não tinha dimensão do que aconteceu, julgando ser apenas uma simples parada militar. Aristides Lobo, um entusiasta e participante do processo de implementação da República consegue perceber que a falta de participação popular teria sido o “pecado original” do nascimento do regime republicano.

Essa obra se assemelha muito a tantas outras que marcam o imaginário dos brasileiros. A já citada *Independência ou morte* de Pedro Americo, é uma referência clássica ao poder militar, que constitui um conjunto de ideias acerca da independência do Brasil. Nela, o povo aparece, mas apenas como observador, ocupados e cansados demais com seu trabalho para participar das “mudanças” nos regimes de poder do seu país. Podemos apreender, com os apontamentos de Marcos Napolitano e José Murilo de Carvalho, e destacando ainda o clássico da literatura brasileira, Machado de Assis em *Esaú e Jacó*, que a falta de participação popular também representa que não houve uma mudança efetiva, não pelo menos para sua maioria, o povo.

O direito à cidadania universal não foi de fato aplicado na Primeira República. O que houve foi o afastamento da população geral das decisões políticas e o que vinha a ser uma promessa de liberdade se tornou na realidade um aumento nos sistemas de repressão, principalmente as práticas culturais e religiosas negras (HALL,

2003, p. 77). Conforme aponta Emília Viotti após a abolição os libertos foram rapidamente esquecidos, não houve tentativas de inclusão dos ex-escravos com cidadãos, ao contrário, com a proibição do direito a voto dos analfabetos se teve a exclusão da maioria dos negros que eram escravos até então. Com a abolição da escravidão houve também a crescimento da repressão as comadas populares, com o aumento das forças policiais. Foram criadas um conjunto de leis que restringiam às festividades características da população negra, assim como os batuques, congos e outras (VIOTTI, 2010, 137-138).

Muitas destas obras buscam no passado colonialista do Brasil o enaltecimento do país. Podemos ver isso na obra de Oscar Silva, *Fundação da Cidade de São Paulo* de 1909. A imagem é uma representação da catequização dos indígenas durante o período colonial, em seu centro se encontra os jesuítas e em volta os indígenas voltados para os padres, observamos ainda a cruz, que também ganha espaço de centralidade. Podemos relacionar essa imagem com a obra de Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*, de 1861. Ela também tem a religião Católica cristã em sua centralidade, e faz parte da memória que foi construída em volta da colonização dos indígenas, do encontro entre portugueses e indígenas 1500.

Durante a Primeira República não se tinha uma preocupação com a questão dos indígenas ou com sua “integração a sociedade”, como vai acontecer no governo Vargas. O legado que se perdurou na memória oficial foi o enaltecimento de um projeto universalista de “civilização” dos indígenas empenhado pelos portugueses. A partir da fala de Paulo Fontin (2000, p. 17-33), no festejo do “quarto centenário do descobrimento do Brasil” podemos perceber o pensamento reducionista acerca das comunidades indígenas corrente na época:

O Brasil não é o índio; este onde a civilização ainda não estendeu pendura os mesmos costumes primitivos, sem aldeamento e sem progresso. Descoberto em 1500 pela frota portuguesa ao mando de Pedro Alvares Cabral o Brasil é resultante directa da civilização occidental trazida pela imigração, que lenta, mas continuamente, foi povoando o solo.

A religião, a mais poderosa força civilizadora da época, internou-se pelos longínquos e ínvios sertões brasileiros e, sob o influxo de Nóbrega e Anchieta, conseguiu assimilar número considerável de aborígenes, que assim se incorporaram a nação Brasileira. Os silvícolas, esparsos ainda abundam nas nossas majestosas florestas e em nada diffrem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante de nossa nacionalidade; a este cabe assimilá-los e, não conseguindo, eliminá-los.

O discurso de Frontin além de reducionista, partindo de uma lógica universalista da cultura e identidade brasileira, também enaltece a violência contra os indígenas praticadas durante o período colonial, julgando erroneamente um projeto de assimilação cultural dos indígenas que não ocorreu. O texto também demonstra que essa assimilação violenta continua acontecendo como condição para a própria existência dos povos indígenas, para que eles possam se integrar a um sentido de nacionalidade na qual eles não se sentem pertencentes. Toda violência tem uma racionalidade que é propagada nos discursos políticos correntes da época (FARGE, 2021. p. 28-29). A marcha rumo a civilização no Brasil carrega em sua gênese um ideal de progresso excludente que favorece sua elite rural que tem o palco político nas mãos. A violência em níveis reais físicos e simbólicos por meio do cerceamento de práticas tidas como “não civilizadas” se caracterizou como aspecto marginalizador dessas culturas que não se enquadram no padrão universalista da cultura ocidental.

Patrícia Emanuelle Nascimento (2020, p.19) analisa o protagonismo indígena na capitania de Goiás durante o século XVIII, e a partir de uma concepção decolonial, contesta essa memória que se pendurou na história acerca dos povos originários. A autora nos leva a entender que existe outras narrativas além dessa lógica do pensamento eurocêntrico, que podem nos ajudar a entender essa lógica social. É necessária uma descolonização epistêmica, para que se produza outras memórias, que nos ajudem a romper com esse legado colonialista que se curva a um projeto de dominação.

O que Paulo Frontin reforça é justamente nossa posição de subjugação ao legado colonialista europeu. Mesmo com a tentativa de conexão com um raiz europeia através da rememoração de um passado colonial, em meio a esse pensamento eurocêntrico, nós somos o “outro”, não somos vistos em nossa coexistência, mas como infância ou passado do “eu” europeu. O modelo eurocêntrico não deixa espaço para protagonismos de outras culturas, o que emerge nesse modelo é o silêncio, o esquecimento e a perda do lugar dessas outras culturas. Essa perspectiva do capitalismo liberal universalista se tornou um entrave para o entendimento desse espaço de interação entre culturas. Devemos pensar esses povos a partir de suas escolhas no interior desses contatos de relações interculturais, enfatizando seus lugares de atuação, promovendo uma narrativa histórica que transpasse esse viés eurocentrista, e que ressalte as resistências indígenas a este projeto de violência transvertido em uma missão civilizadora do branco (NASCIMENTO, 2020, p. 21-22).

O lugar que ficamos na História é um lugar de tocaia da História. Nós não somos vultos da história. É por isso que eu acho difícil falar de uma “História dos Índios no Brasil”, porque você pode contar uma história indígena. Porque tem uma história dos krenak, dos xavantes, dos guaranis, etc., de dentro da memória viva de cada um desses povos cada um deles é capaz de reportar sua trajetória, desde a chegada do branco na praia até os dias de hoje (KRENAK, apud NASCIMENTO, 2020, p. 23).

A religião também foi usada para um plano de civilidade e dominação abusiva contra os indígenas e negros no Brasil. O que se apresenta nas obras como controle dos jesuítas, sujeição dos indígenas, centralidade da religião do colonizador e a passividade dos indígenas diante dos portugueses se pendurou dentro de uma narrativa sobre a colonização. Essa memória elaborada impede a emergência de novas narrativas que demonstrem a luta e a resistência dos indígenas contra o colonizador, e a imagem de um contato pacífico entre portugueses e indígenas (que se analisamos com mais clareza não aparece nem mesmo na carta de Pero Vaz de Caminha, que descreve um contato tenso desde o início), dificulta o debate sobre a violência e a imposição da cultura do dominador sobre os indígenas.

As Igrejas e a religiosidade cristã são uma parte considerável do patrimônio brasileiro. Várias cidades do Brasil tem as Igrejas, monumentos, festas religiosas como parte importante e as vezes centrais de seu panorama geral. Não há a possibilidade de pensarmos no Rio de Janeiro sem Cristo Redentor, as obras de Aleijadinho em Minas Gerais na cidade de Congonhas, as igrejas de Ouro Preto ou as procissões do fogaréu e as congadas no Estado de Goiás. As referências são inúmeras, todo isso é parte importante de nosso patrimônio, que constituiu nossa memória e identidade. O que devemos ter como crítica é que, todo esse patrimônio religioso não deixa emergir novas narrativas, destaca uma cultura uniformizante que não condiz com a realidade brasileira e nem com sua História.

Um evento interessante a ser analisado é o da lavagem do Bonfim em Salvador, patrimônio imaterial do Brasil. A devoção ao Senhor do Bonfim foi introduzida no Brasil pelo português Teodósio Rodrigues da Silva, negociante de tabaco e de escravos, que viveu na cidade de Setúbal onde o culto ao Senhor do Bonfim era muito popular. O negociante manda trazer de Portugal uma imagem do Senhor do Bonfim, que chega na Bahia em 1745, graças aos milagres atribuídos ao santo e o relacionamento de Teodósio com a elite colonial baiana a prática de devoção ao santo se amplia rapidamente. Antes de cada missa os escravos eram enviados para realizarem a

lavagem do templo, oficialmente a primeira lavagem ocorre em 1804. Os membros que igreja reclamavam que a lavagem era muito semelhante as festas que ocorriam nos terreiros de candomblé, sofrendo então várias sanções pela igreja. A partir da abolição da escravidão, os negros continuaram, por vontade própria, a fazer a lavagem do templo do Senhor do Bonfim.

Na Bahia ainda hoje pessoas que tem o candomblé como sua religião frequentam a igreja católica, da mesma forma que pessoas que tem o cristianismo como religião principal, muitas vezes, fazem pedidos aos orixás. Na segunda quinta-feira de janeiro acontece a lavagem do Bonfim onde são adorados igualmente o Senhor do Bonfim e o orixá Oxalá. Uma multidão de pessoas sai em procissão da Igreja de Nossa Conceição da Praia, que fica no centro histórico de Salvador, até a Igreja do Senhor do Bonfim, por um percurso de oito quilômetros, a maioria usando branco, cor de Oxalá. As mulheres se vestem de baianas, muitos levam consigo vasos de barro com água de cheiro e flores para a lavagem e banho com essa água sagrada, que segundo a tradição tem o poder de purificar.

Jorge Amado em sua obra *“Bahia de Todos os Santos”* (1945, p. 123-128), demonstra um pouco dessa diversidade cultural que existe na Bahia. Ele descreve a Festa do Senhor do Bonfim como uma festa religiosa democrática, que tem diferente significados para os diversos grupos. Para ele “a festa do Senhor do Bonfim está a cima de todas divergências religiosas e políticas”. Continua ainda que a festa não é uma exclusividade de nenhuma religião, e que é embalada por cantos em língua nagô, sambas alegres, cantos católicos para o Senhor do Bonfim, o latim se mistura aos cânticos dos negros, os que não sabem nem as músicas católicas nem os cânticos do candomblé em homenagem a Oxalá, entoam marchas de carnavais e sambas, como lembra Jorge Amado “é tudo em louvor ao santo, nesta quinta o pecado não existe nas ruas da cidade da Bahia”.

A festa do Bonfim é uma expressão da diversidade cultural da Bahia, que revela sua multiplicidade de ritos e cultos que fazem parte da religiosidade Brasileira. A beleza dessas culturas que se entrelaçam também pode ser observada em Jorge Amado quando ele aponta: “esta “baiana” tão branca nasceu na Espanha e veste roupas populares da Bahia” (1945, p. 127). Homi Bhabha (1998, p. 20-21) descreve a necessidade em se focar nesses processos de articulações de diferenças culturais, pois elas geram os “entre-lugares” para elaboração de estratégias de subjetivação que dão início a novos signos de identidade. Dentro da perspectiva do multiculturalismo

se tem como alvo compreender as articulações dessas culturas e perceber como essas identidades minoritárias se juntam.

Em oposição a uma ordenação cultural binária emerge uma alusão apresentada por Bhabha (1998, p. 22) adaptada ao caso baiano, para pensar a interação entre o catolicismo e o candomblé e tentar abarcar a dimensão de um “entre-lugar” nesse caso específico. Do lado de fora da Igreja se tem então a festa de Oxalá, mulheres com suas vestes brancas lavam a entrada da Igreja do Bonfim, com sua água de cheiro banham as calçadas e abençoam as pessoas que molham suas cabeças com ela. Do lado de dentro da Igreja, procede a santa eucaristia Católica, se reza a missa, o padre faz suas preces ao senhor do Bonfim e as pessoas cantam em homenagem ao santo. A suposição de “entre-lugar” nesse caso baiano é estreita e talvez bem mais horizontalizada, vislumbrando como local de livre passagem a porta da igreja, pois o Senhor do Bonfim sai em procissão em meio a festa de Oxalá, com cantos em yoruba, e em meio a canções profanas, como sambas e machas de carnaval. Apesar da lavagem não adentrar a porta da igreja, pessoas que tem como religião o candomblé adentram seus portões, muitas vezes também fazem suas preces, pois como já citado, e nas palavras de Jorge Amado: o Senhor do Bonfim é um santo democrático. Saindo, os católicos também são atravessados pela cultura do lado de fora da igreja, conhecem os orixás, e muitas vezes, mesmo sem perceber, acabam participando de diversas práticas religiosas do candomblé baiano.

Pode-se afirmar que ideias etnocêntricas, de uma cultura única, também são fronteiras para outras vozes, de histórias destoantes sufocadas por um legado colonialista que perdem seus espaços dentro da memória onde seus elementos constituidores de nossa identidade são esquecidos (BHABHA, 1998, p. 24). A festividade religiosa baiana demonstra a nossa diversidade cultural, e como ele está entremeada de tal forma a se confundir em meio a tantas referências culturais. Não há uma forma de separar a festa do Senhor do Bonfim da devoção a Oxalá, nesse sentido a cultura se torna uma ponte onde a transformações dos significados, como aponta Bhabha:

E nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo comera a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçado: "Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de

modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa" (BHABHA, 1998, p. 24).

A busca pela afirmação de uma cultura única, baseada em um viés eurocêntrico universalista gera diversas violências como a intolerância religiosa, que está nefastamente presente no Brasil desde do período colonial, onde a coroa portuguesa por meio de sua estrutura colonial, por exemplo, proibia os cultos africanos e forçava a catequização dos indígenas. Durante a Primeira República se tornou praxe a proibição e o cerceamento violento da cultura afro-brasileira, como vemos no capítulo XIII do Código penal do Brasil de 1890, destinado “aos vadios e aos capoeiras”, ainda usando o mesmo código penal, os artigos 157 e 158 são usados constantemente pela justiça para punição das práticas religiosas do candomblé tidas como ataques a saúde pública. Do mesmo jeito, a prática do samba também foi proibida pelos policias, os sambistas eram vistos como vadios, perturbadores da ordem, a lei do código penal previa punições até para quem portasse instrumentos, que segundo o texto “fosse[m] capaz[es] de causar uma lesão corporal”, ou seja, qualquer violão, atabaque, berimbau, entre outros poderiam servir de motivo para uma abordagem abusiva da polícia.

Como aponta Bhabha (1998, p. 24) não existem conceitos de uma cultura nacional homogênea, essa tentativa de uma elaboração cultural universal estrutura e legitima a violência sobre grupos marginalizados, que no Brasil refletem o racismo e a desqualificação cultural perante um ideal de “civilização”. Essa pratica de violência do Estado, que gera o cerceamento cultural dos negros, levou o candomblé, o samba e a capoeira para o ambiente privado, gerando um lugar de resistência a personificar uma memória de luta na figura de mulheres negras, que com toda coragem resistiram para a preservação de suas raízes culturais, e ficaram conhecidas como “tias”. Os grupos minoritários marginalizados, a partir do contato com a esfera dominante reinterpretem suas simbologias com base naquilo que lhes são transmitidos, colocados então em uma tradução cultural que perpassa a sua ótica, reinventando uma cultura metropolitana dominante (HALL, 2003, p. 31). Salvadori de Decca (*apud* OLIVEIRA, 2010, p. 135) aponta que a “memória histórica” é um dispositivo ideológico, que “legitima o exercício do poder ao definir o campo simbólico através do qual todo o social deve se homogeneizar”.

Tais culturas de contra-modernidade pós-colonial podem ser contingentes a modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela,

resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições es fronteiriças para "traduzir", e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade (BHABHA, 1998, p. 26).

Essas formas de produção cultural híbrida e sincréticas estão presentes no samba, e na musicalidade brasileira, em geral, e foram combatidas por uma noção de civilidade torpe, que não entendia a cultura afro-brasileira, relegando-a apenas um exotismo memorialístico étnico. Essa produção cultural diaspórica se revela como um lugar de fronteira e “tradução” de elementos culturais disponíveis nesses espaços marginalizados, a partir de formas e tradições culturais fragmentadas (HALL, 2003, p. 38).

A obra do espanhol Modesto Brocos “*A Redenção de Cam*” (1895) revela outra metáfora universalista do alvorecer da República, que torna ainda mais evidente a consideração de um legado colonialista racializante através do mito do branqueamento. Trata-se de um retrato de família, com distintas cores de pele, que vai da pele negra da avó à pele branca do neto. Em pé a senhora negra agradece pelo milagre que ocorreu, eis a concretização do branqueamento, nasce aquele que carrega consigo a redenção. No centro do quadro aparece a mãe de pele mais clara, mas ainda sem status de branquitude, cuidadosa com seu filho no colo, em uma condição de ensinamento aponta para a avó. A criança, branca, está totalmente voltada para a avó, uma das mãos se ergue em sua direção, a outra segura uma laranja. Do outro lado, o pai observando a criança, de costas para a mãe se ergue virando o pescoço, com um sorriso tímido mostrando seu estado de contentamento. A mulher negra, aparece com roupas gastas e com os pés no chão, enquanto a mãe, de pele mais clara, aparece com roupas mais alinhadas e calçadas, assim como o homem (LOTIERZO, 2010, p. 20).

O título da obra também é muito interessante e merece nossa atenção. No livro de gêneses “Cam, filho de Noé, é castigado por revelar a nudez paterna aos irmãos, Sem e Iafet, desfazendo da situação e dos efeitos do vinho sobre o patriarca” (LOTIERZO, 2010, p. 22). Sem e Iafet, de maneira respeitosa viram seus rostos para não verem a nudez do pai, e o cobrem. Já desperto, Noé condena o filho de Cam, Canaã a ser escravo de seus tios, este castigo também se estendia a sua descendência. Com isso, logo surgiram interpretações bíblicas que ligavam a pele negra a descendência de Cam, o que foi usado para justificar a escravidão. A

redenção surgiria através do branqueamento, com algo que poderia causar uma reversão do castigo imposto por Noé (LOTIERZO, 2010, p. 23).

As justificativas das diferenças raciais buscam no mito de Cam uma tentativa de demonstrar uma oposição entre negros e brancos, onde o negro estaria condenado a escravidão por sua condição oposta ao branco. “O negro era tornado o avesso do branco e este, sempre alçado à posição mais nobre numa escala de valor que ele mesmo trabalhava para construir” (LOTIERZO, 2010, p. 60). Esse ideal reforça uma estruturação binária onde se coloca em questão a própria condição de humanidade do negro. É sobre essa lógica da diferença, tida como natural, que se usou o ideal colonialista para segregar, e condenar a pluralidade cultural em prol de um projeto universalista de violência contra a diferença que causa essa oposição entre negros e brancos. Nessa condição assimilacionista, o processo de branqueamento foi usado para tornar o negro mais próximo do branco, talvez um *alter ego* com a sua diferença reduzida, como no caso da representação da mulher jovem, mãe da criança com a pele mais clara, onde a diferença poderia ser abolida com o total branqueamento, como na representação da criança (MBEMBE, 2018, p. 158).

Escombros esquecidos

Candido Portinari, clássico do modernismo brasileiro, cria uma versão da tela de Vitor Meireles, um marco histórico do romantismo do século XIX. Ambas carregam um mesmo título, “*Primeira missa no Brasil*” (1948), mas muito além de detalhes técnicos, temporalidades e escolas artísticas diferentes, elas carregam narrativas diferentes sobre uma mesma história. A obra de Portinari difere em vários elementos em comparação com a de Meireles, primeiramente percebemos a ausência dos indígenas. Sabemos que a obra de Meireles foi baseada no estudo profundo da carta de Pero Vaz de Caminha, se compararmos a obra de Oscar Silva, “fundação da cidade de São Paulo”, é perceptível a influência desse legado memorialístico de Meireles, onde, diferente de Portinari, ele não questiona tal narrativa. A obra de Oscar Silva manteve a narrativa de um processo civilizatório assimilacionista, que retrata o indígena como um indivíduo frágil, sem capacidade para resistir as invertidas universalistas dos portugueses.

A falta da presença indígena no quadro de Portinari nos leva a pensar sobre a resistência desses povos diante do colonialismo português. O mais interessante dessa

obra, é que, essa percepção que questiona essa narrativa só pode ser transposta em comparação a obra de Meireles, pois somos levados a esse questionamento justamente pela ausência. A cruz, que tinha uma centralidade na obra de Meireles, também não aparece em Portinari, a natureza também é totalmente modificada, sem a presença de árvores e plantas, se limitando as montanhas que aparecem em segundo plano. Portinari não mostra intenção de representar algo pitoresco, como Meireles, sua obra caminha de uma forma livre diante da narrativa de Pero Vaz de Caminha e das representações artísticas correntes que tentavam demonstrar eventos históricos. A tela de Portinari também traz uma maior evidência, em relação a obra de Meireles, das estruturas de dominação do colonialismo português, como os jesuítas, em primeiro plano, e nas representações dos soldados portugueses, em um grande volume, todos armados com lanças, o que podemos problematizar como uma representação do domínio pelas armas e da violência.

A obra de Portinari é importante para esse debate, pois ela questiona uma narrativa que perdura dentro do patrimônio de forma hegemônica. Ela coloca em consideração a romantização do processo de catequização dos indígenas, presente nas obras de Meireles e Oscar Silva, que nos permite considerar as resistências desses povos originários ao colonialismo português. Ailton Krenak em um documentário intitulado “Guerras no Brasil” (2019), trata a tela de Vitor Meireles como um “mito de origem”, e destaca a necessidade de entendermos que não existiu um “evento fundador do Brasil” e de buscamos novas narrativas.

Essas obras tentam demonstrar uma identidade cultural única “imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta” (HALL, 2003, p. 29). Como aponta Bhabha (1998, p. 25), “cada vez mais, as culturas “nacionais” estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas”. A partir desta perspectiva podemos explorar a diversidade cultural existente no Brasil, e erguer um patrimônio que permitirá emergir novas narrativas que contemplem melhor nossas diversidades, constituído diante de um viés plural, que abarque as diversas identidades emergentes em diversos espaços. Toda essa narrativa de uma cultura universalista, emergente de um processo civilizador violento, faz parte de nossos mitos dominantes”, que visam “moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado as nossas vidas e dar sentido a nossa história” (HALL, 2003, p. 29).

Toda essa cultura que foi imposta pelos europeus em seu legado colonialista violento, não foi aceita de modo inquestionável, houveram diversos processos de resistências, tanto de indígenas como negros, e a presença de elementos culturais do colonizador não podem ser encarados como uma lógica de assimilação. Primeiramente, se consideramos a questões apontadas por Bhaba (1998, p. 22) sobre o “entre-lugar” veremos que a cultura é fluída, e que esse espaço de fronteira é sempre um lugar de trocas culturais que suscita transformações, ou seja, ao mesmo tempo que a cultura de negros e indígenas foram transformadas pelo contato com os colonos europeus, eles da mesma forma, também se transformaram. Essas transformações vão desde do mais corriqueiro, como a alimentação, que os portugueses aprenderam com os indígenas, das transformações da natureza, até a processos técnicos de mineração e trabalho com metais, que foram trazidos para o Brasil pelos escravos que Costa da Mina. Os apontamentos destacados até agora serviram como exemplificação, de um tema que é muito mais denso e profundo e que deve ser analisado de forma mais intensa.

As culturas não são estáticas, estão em plena transformação, se ressignificando e adaptando as condições que lhes são importas, muitas vezes por meio da violência. Hall (2003, p. 44). aponta que “estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Sobre este processo de interação e transformação, é importante consideramos o que Bhabha (1998, p. 27) chamou de “tradução cultural”. Essa perspectiva nos ajuda a entender que, implementar elementos de outros costumes perpassa por um processo de adaptação a nossa realidade cultural, a nossa maneira de ver o mundo, através desse entre-lugar e desta fronteira é produzido algo novo, que difere daquilo que foi imposto por um legado colonialista. Essa forma interpretativa da tradução cultural quebra com uma lógica assimilacionista, onde a cultura do dominador passa por uma revisão e transformação de seus significados.

No Brasil, como já demonstrado, os orixás africanos se misturam com os santos católicos, coadunando diversas manifestações culturais em uma mesma localidade. Esse movimento multicultural, como a lavagem do Senhor do Bonfim, traça um ambiente complexo que aproxima o Brasil ao mesmo tempo de sua herança colonialista assim como do continente africano, esses sincretismos emergiram devido a colonização (HALL, 2003, p. 32). É perceptível nesse deslocamento práticas de redefinições simbólicas da cultura africana, que liga o negro brasileiro ao outro lado

do Atlântico por sua semelhança com seus antepassados trazidos da África, despertando uma busca por significados de sua identidade cultural afro-brasileira (HALL, 2003, p. 27).

Nós, conforme aponta Hall (2003, p. 32), desenvolvemos nossa cultura no interior de relações de poder radicalmente assimétricas, e através disso se criou um imaginário de uma cultura universalista, com um ideal de civilização colonialista, que é fundada no esquecimento da existência cultural de toda nossa diversidade. Seria um grande engano considerarmos todos esses povos que constituíram nossa formação cultural e identitária, e ainda assim, acreditar nessa memória oficial que considera um viés histórico único. Com base nisso, devemos considerar que

[...] a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo — dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser "sagrada", pois foi "violada" — não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. [...] A via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial (HALL, 2003, p. 30).

Conforme expõe Stuart Hall (2003, p. 60), “juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização, existe a proliferação subalterna da diferença”. Mesmo quando se admite a presença de outras etnias no processo de formação das identidades no Brasil, ela acontece de maneira subalternizada, fundamentada em um protagonismo branco e em um padrão racializante colonialista. Com isso surge, por exemplo, o mito das três raças, que reforça uma tendência de protagonismo branco em detrimento as outras etnias, que em um falso processo de integralização se todos os outros formadores de nossa identidade se encontram desqualificados perante o branco, dando uma condição sujeita dos outros grupos, que tange a marginalização. A tese de “democracia racial” foi inventada para encobrir o racismo, que seria a verdadeira causa da desigualdade social existente entre negros e brancos no Brasil (PEREIRA, 2010, p. 188). Mesmo tendo no Brasil uma consciência de sua constituição plural, isso não impede que a elite política busque uma homogeneização cultural que conecte o país, através de uma narrativa colonialista, ao passado que reforce um

processo civilizatório violento, que tem como objetivo não só o embranquecimento da História do Brasil, mas de sua própria população.

Essa consideração excludente de um projeto de universalidade cultural e o apagamento da memória das narrativas históricas dos diferentes grupos se esfacelam na prática, pois “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2003, p. 35-36). Somos, “por definição, culturalmente heterogêneos”. Vimos que a perspectiva multicultural, destacada anteriormente como pressuposto teórico para abarcar a construção de nossa cultura e identidade, se distingue nesse sentido de “Estado-nação “moderno”, constitucional liberal, do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individualistas liberais” (HALL, 2003, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As marcas do colonialismo ainda se encontram muito presente no Brasil, apesar que se consideramos a História, nossa relação com esse passado colonial, é de fato, em certos pontos conflituosa. Através das reformulações e modernizações das cidades brasileiras, durante a Primeira República, houve a tentativa de retirar, até certo ponto, essa herança colonial, que conforme Olavo Bilac “era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições” [...] (*apud*, SANTANA, 2013, p. 37). Logicamente, Bilac, parece não considerar o fato que este processo de modernização se converge em uma violenta exclusão, política, social e de afastamento da população pobre, de enorme maioria negra, do centro urbano do Rio de Janeiro, dando passos largos a um processo de favelização que marginalizou e estigmatizou profundamente esses grupos. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, a produção do nosso patrimônio cultural, na tentativa de buscar a construção de uma imagem de “civilização”, encontra esse ideal justamente em seu passado colonial, buscando então, enaltece-lo.

Hall (2003, p. 56) demonstra que essa herança colonialista faz com que continuemos a refletir sobre sua condição de existência anterior. Encontramos no Brasil uma fragilidade, tanto do ponto de vista econômico quanto militar. Permanecemos “dominados pelos imperativos dos primeiros movimentos nacionalistas de independência”. Temos uma população “com uma variedade de

tradições étnicas, culturais ou religiosas”. Os indígenas que aqui habitavam foram em grande volume suprimidos pelo colonialismo, e depois destituídos violentamente por não fornecerem, na concepção dessa narrativa universalizante, “a base para uma nova cultura nacional ou cívica”. Vivemos então, sobre o estigma da “pobreza generalizada e o subdesenvolvimento”, com uma enorme desigualdade social “e uma ordem mundial econômica neoliberal não regulamentada”.

Toda nossa identidade tem sido erguida sobre os parâmetros da exclusão, em um jogo de poder efetivamente desigual que não abre espaço para uma concepção cultural plural. (HALL, 2003, p. 85). Marta Abreu e Lívia Monteiro (2020, p. 241) apontam que nem sempre a cultura afro-brasileira foi considerada patrimônio cultural do Brasil. Historicamente elas foram perseguidas ou vistas como folclore, que desapareciam com o passar do tempo devida as pressões da modernidade. O reconhecimento da existência de patrimônios culturais afro-brasileiro necessita de uma grande mudança na concepção de patrimônio no Brasil. Essa cultura universalista está ancorada sobre um “conceito fechado de diáspora [que] se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2003, p. 33). Dentro dessa concepção tudo que está ligado a África deveria ser “maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada” (HALL, 2003, p. 41).

O processo de esquecimento já se instaura com a decisão de Rui Barbosa em queimar os documentos da escravidão logo após a promulgação da Lei Áurea, o que caracterizou um ataque a memória da escravidão no Brasil (PEREIRA, 2013, p. 185). Esse negacionismo pode ser observado no Hino da República: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país”. Conforme aponta Emília Viotti (2010, p. 137) “depois da abolição os libertos foram esquecidos”. Não houve ninguém que apontasse algum projeto de transição do escravo para cidadão, na realidade, o que aconteceu foram formas de barrar os negros de participarem deste status de cidadania, como o impedimento dos analfabetos de participarem das eleições. “A maioria tinha estado mais preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania”.

A escravidão no final do século XIX passou a ser vista como um sinal de atraso e ignorância, o que era uma mácula na macha progressista e civilizatória que o Brasil caminhava (VIOTTI, 2010, p. 128). O mesmo sentido de civilização que condena a

abolição, também irá empenhar por criar uma narrativa para seu esquecimento. A narrativa histórica então passou a valorizar as ações dos grupos dominantes que estavam inseridos no âmbito político, como podemos ver

A história que se acabou por fixar nos livros didáticos valorizou a ação parlamentar e as leis abolicionistas. Estas foram descritas como dádivas das classes dominantes. Heróis foram os que, em um país onde apenas 30% da população era alfabetizada, tinham o privilégio de saber escrever e puderam contar sua própria história. Ignorado ficou um sem-número de devotados abolicionistas, brancos, negros e mulatos — heróis anônimos da nossa história sem os quais a abolição jamais teria sido conquistada (VIOTTI, 2010, p. 129).

Para o negro a sentença de liberdade passado por essa classe política agrária foi transformada sobre o signo da exploração do trabalho no regime capitalista onde a falta de obrigação do senhor para com o empregado serviu com ponto de partida da servidão dos afrodescendentes no Brasil. “A tentativa de apagamento da memória dos efeitos nefastos da escravidão sobre a sociedade brasileira, que se prolonga no século XX, fez-se pelo silenciamento do tema ou pelas explicações compensatórias [...]” (PEREIRA, 2013, p. 194). O processo de apagamento e negacionismo acabou por excluir do patrimônio narrativas que contemplam a diversidade cultural do Brasil, o que corroborou para afirmar um único viés cultural que se impõe de forma violenta.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha Campos; MONTEIRO, Livia Nascimento. **Patrimônio afro-brasileiros**. Verbete. In: Meneguello, Cristina; Carvalho, Aline. Dicionário temático de patrimônio. Campinas: Editora Unicamp. 2020, pp. 241-243.

AMADO, Jorge. Bahia de todos os santos: Guia das ruas e dos mistérios da cidade de Salvador. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1945.

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. In: Obra completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1985, vol. I.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional Constituinte. Constituição da República dos Estados Unidos Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CICALO, André. **O Brasil e seu espelho africano: da mestiçagem à negritude 'nacional' numa perspectiva transatlântica.** In: Castro, Maurício Barros de; Santos, Myrian Sepúlveda dos. *Relações raciais e políticas de patrimônio.* Rio de Janeiro: Beco do Azogue. 2016, pp. 63-92.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição.* 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA, 2008.

FRONTIN, André G. P. **Discurso de abertura do quarto centenário de descobrimento do Brasil.** In: FREIRE, José R. B. *Cinco ideias equivocadas sobre o índio.* Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), Manaus, v.1 p. 17-33, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidade e Mediações Culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LOTIERZO, Tatiana H. P. *Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.* Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra.* São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.* 3ª ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeaf, 2019.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. **Descolonização epistêmica e a memória dos aldeamentos pombalinos em Goiás: ruptura com as narrativas recolonizadoras a partir do protagonismo indígena como elemento decolonial.** In: *Visibilidade e diferença: quatro estudos sobre diversidade das culturas / organizadores, Cristiano Arrais, Jiani Fernando Langaro – Goiania: Cegraf UFG, 2020. p. 17-49.*

NAPOLITANO, Marcos. *História da República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo.* São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *Memória, história e patrimônio - perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica.* Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. **A incômoda e persistente memória da escravidão.** In: Santos, Myrian Sepúlveda dos; et al. (org.) *Cultura, Memória e Poder: diálogos interdisciplinares.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. *A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908).* Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências

Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. 2020. **Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento**. In: Fredrigo, Fabiana de Souza; Gomes, Ivan Lima (orgs.) História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado. Vitória: Editora Milfontes.

Referências iconográficas

AMERICO, Pedro. Independência ou morte. 1888. Óleo sobre tela, color, 415 x 700 cm. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

BROCOS, Modesto. A redenção de Cam (1895). Óleo sobre tela, 199cm x 166cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

CALIXTO, Benito. A proclamação da República. 1893. Óleo sobre a tela, color, 123,5 cm x 198,5 cm. Pinacoteca Municipal de São Paulo, São Paulo.

MEIRELLES, Victor Primeira Missa no Brasil. 1861. 1 Óleo sobre tela. 2,68 x 3,56m. Rio de Janeiro. Museu Nacional de Belas Artes.

SILVA, Oscar P. Fundação da cidade de São Paulo. 1909. 1 óleo sobre tela, color. 185 cm x 340 cm. Museu Paulista. São Paulo.

Capítulo 3
A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL
ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO NA ERA VARGAS
(1930-1945): DISPUTAS A RESPEITO DO
PROJETO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL DE
MÁRIO DE ANDRADE

Bruno Jadson Jardelino Gomes
Juliana Ferreira Cipriano
André Lucas Honório Muniz
Natanael Rego Matos
Maria Lethycia Mesquita de Freitas
Vitor Vieira Pinto
Maria Julia Sales Brasil
Virna Ferreira de Mesquita
Emilly Luana de Oliveira Pontes

**A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL ATRAVÉS DO
PATRIMÔNIO NA ERA VARGAS (1930-1945): DISPUTAS A
RESPEITO DO PROJETO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL DE MÁRIO
DE ANDRADE**

Bruno Jadson Jardelino Gomes

Professor e Bolsista do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br). brunojadson.14@gmail.com

Juliana Ferreira Cipriano

Professora e Advogada. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). julicipri13@gmail.com

André Lucas Honório Muniz

Professor e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ICT FUNCAP). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). andre lucashm@gmail.com

Natanael Rego Matos

Professor e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). nathan.istari@outlook.com

Maria Lethycia Mesquita de Freitas

Professora e Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). lethymesquiitaa@gmail.com

Vitor Vieira Pinto

*Professor e Bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES).
Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
vitorvieirap1@gmail.com*

Maria Julia Sales Brasil

*Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
(PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela
Universidade Federal do Ceará (UFC). majubrasil@gmail.com*

Virna Ferreira de Mesquita

*Professora e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do Departamento
de História da UFC. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade
Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil
(IGS-Br). virnaferreira07@gmail.com*

Emilly Luana de Oliveira Pontes

*Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
(PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela
Universidade Federal do Ceará (UFC). emillyluanaoliveira@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho objetiva pensar historicamente a construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Da análise da atribuição do Anteprojeto de Mário de Andrade para o patrimônio cultural, à tese institucional promulgada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), busca-se compreender a profusão conceitual da noção de patrimônio durante o Estado Novo, um cenário de fortes disputas em torno da memória coletiva e da identidade nacional. Ao enfatizar esta dimensão, almeja-se restituir, à história do patrimônio no Brasil, o caráter conflitivo desta experiência institucional, deliberadamente subtraído a fim de compor uma memória harmônica, em si contraditória, do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no presente. A historicidade da noção de patrimônio cultural demonstra que a sua definição sofreu transformações ao longo dos anos, modificando-se de forma a ampliar a sua conotação, isto é, o conceito de patrimônio cultural passou a contemplar não somente os bens tangíveis, como também os bens intangíveis. Nessa esteira, o presente trabalho tem como teor uma pesquisa de natureza qualitativa, portando, ainda, um cunho bibliográfico e documental Gil (2002) a partir da análise, interpretação, debate e fichamentos de autores brasileiros renomados no campo

político-patrimonial, como Chuva (2009), Nogueira (2005; 2014) e Fonseca (2009), entre outros comentadores com pesquisa já consolidadas na área de patrimônio.

Palavras-chave: Estado Novo; Identidade; Mário de Andrade; Patrimônio.

ABSTRACT

This article aims to delve into the historical construction of the concept of cultural heritage in Brazil. From the analysis of the attribution of Mário de Andrade's Anteproject for cultural heritage to the institutional thesis promulgated by the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), we seek to understand the conceptual profusion of the notion of heritage during the Estado Novo, a scenario of solid disputes around collective memory and national identity. Emphasizing this dimension, the goal is to restore to the history of heritage in Brazil the conflicting nature of this institutional experience, deliberately subtracted to compose a harmonious and contradictory memory of the Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) in the present. The history of the concept of cultural heritage shows that its definition has undergone transformations over the years, changing in such a way as to broaden its connotation, so the concept of cultural heritage has come to include tangible and intangible heritage. In that context, the content of this work qualitative research, with a bibliographic and documentary nature Gil (2002) based on the analysis, interpretation, debate and summaries of renowned Brazilian authors in the field of political heritage, such as Chuva (2009), Nogueira (2005; 2014) and Fonseca (2009), among other commentators with consolidated research in the area of heritage.

Keywords: Estado Novo; Identity; Mário de Andrade; Heritage.

INTRODUÇÃO

Patrimônio cultural é um termo que periodicamente surge nos meios de comunicação e nos discursos oficiais para se referir às políticas governamentais e práticas de tombamento pelo seu órgão institucional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, enquanto instituição de Estado, o IPHAN segue uma orientação regimental específica, delimitando as suas ações em torno do patrimônio que, notavelmente, não contempla toda a multiplicidade de interpretações existentes a este tema. A tese institucional é, portanto, um *uso* de natureza legal, que convive em um quadro de outros usos e categorias de patrimônio cultural que, não obstante, vem ampliando a sua noção a fim de abarcar os perfis culturais complexos e diversos que compõem a identidade brasileira. A ideia da cultura como um elemento de coesão social, ideologicamente orientada com a finalidade de aparar a realidade conflituosa da história da nação, objetiva transmitir um sentimento de harmonia nacional, passível de ser instrumentalizada de diversas formas, sendo o patrimônio uma ferramenta política historicamente poderosa. Contudo, ao

considerarmos a cultura enquanto *recurso*, cujo léxico Thompson (1998) recuperou com o emprego da palavra *costume*¹, lançamos luz às disputas, negociações e interesses oriundos das divergências entre os usos que uma cultura faz da memória e da história. Neste sentido, a historiografia em muito contribuiu ao dar a profundidade do tempo às ditas tradições, realçando as formas pelas quais foram constituídas e tornando nítida as suas fraturas, mudanças e transformações. Nos estudos sobre o patrimônio brasileiro, observa-se um trabalho refratável em historicizar esta noção², permitindo analisar criticamente que, a solidez dos complexos arquitetônicos e o panteão sacro da história brasileira foram escolhas politicamente selecionadas, representações da realidade disseminadas como teleológicas e parte essencial do ser brasileiro.

O presente trabalho se debruça, portanto, em compreender essas questões acerca da formação da noção de patrimônio no Brasil. Oriundo de um roteiro, de título homônimo, para a apresentação de um seminário para a disciplina de História do Brasil III durante o semestre letivo de 2021.2, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Desse modo, este capítulo é fruto dos estudos e pesquisas acerca das contribuições historiográficas sobre o patrimônio cultural no Brasil, em uma tentativa de resumir aspectos fundamentais sobre este tema tão profícuo na atualidade. Produzido pelos alunos do curso de História da Universidade Federal do Ceará, *A construção do ideário nacional através do patrimônio na Era Vargas (1930-1945): disputas a respeito do projeto patrimonialista de Mário de Andrade* é o resultado de uma aspiração coletiva que visava analisar a primeira experiência institucional do Brasil com o patrimônio cultural. À vista disso, partimos deste ambiente de conflitos do Estado Novo que, eventualmente, criaria o primeiro órgão que dirigiria e delimitaria as diretrizes do patrimônio no Brasil em anos posteriores, a saber o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937. Ao analisarmos projetos alternativos à proposta que vingaria acerca deste órgão, mormente a visão de Mário de Andrade, concatenada em seu Anteprojeto (Andrade, 2002)³,

¹ Ao analisar o termo “costume”, o autor destaca que o seu uso, antes do desenvolvimento dos estudos sobre o folclore no século XVII, na Inglaterra, era de ordem discursiva e reivindicatória. Portanto, propõe uma categorização não generalista de cultura popular, salientando sua dimensão conflitiva e heterogênea.

² O artigo da historiadora Márcia Chuva (2012) é elucidativo nesse sentido.

³ Durante a realização desta pesquisa, optamos por utilizar a versão do Anteprojeto de Mário de Andrade digitalizado e organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de numeração 30, publicada pela revista em 2002.

ultrapassamos o reducionismo de uma rejeição “pragmática” e compreendemos as razões de ordem ideológica e política pelas quais a impediram de se concretizar e os seus desdobramentos. [OBJ]

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Derivado do latim *patrimoniu*, o vocábulo patrimônio engloba um conjunto de significados e aspectos relativos aos bens ou conjuntos de bens culturais ou naturais, de valores reconhecidos para determinada nação, grupo social, sociedade ou religião. Contudo, a definição de patrimônio cultural sofreu transformações ao longo dos anos, modificando-se de forma a ampliar a sua conotação, isto é, o conceito de patrimônio cultural passou a contemplar não somente os bens tangíveis, como também os bens intangíveis — valores sociais permanentes que caracterizam e determinam a identidade cultural de determinada nação, grupo ou sociedade — de modo a incluir manifestações, sejam elas sociais, culturais, modos de pensar e agir (ideologias, culturas, tradições).

A partir disso, a preservação do patrimônio cultural tornou-se amplamente fomentada e discutida, visto que se caracteriza como fator primordial na perpetuação de valores e enriquecimento de um povo e sua cultura, já que são valores atemporais. Ademais, os bens culturais caracterizam-se por guardar tradições, conhecimentos, informações, significados, mensagens, condições socioeconômicas, registros históricos, etc; que refletem as crenças e práticas socioculturais de determinada época histórica, crenças.

Dessa forma, o pensamento acerca do patrimônio cultural e suas definições e atribuições contrapõem visões e correntes ideológicas que o delimitam sendo algo estático ou meramente reduzido a artefatos presentes em museus ultrapassados e sem valor cultural. Nessa perspectiva, o conceito de patrimônio cultural surge como uma forma de reflexão crítica de caráter transformador e dinâmico acerca dos registros socioculturais, contribuindo para a percepção e o conhecimento identitário de um grupo social e suas características culturais.

Em função disso, na década de 1930, durante o Estado Novo, iniciaram-se as ações de proteção dos bens culturais, uma vez que o tombamento se tornou ferramenta de controle e interesse político utilizada na reconstrução de memórias, isto é, as ações de preservação dos patrimônios culturais constituem-se como uma

representação do passado com foco no presente, visto que o tombamento transforma os bens em representação de memórias conforme o interesse de quem os tomba.

Dessa forma, o Estado através do processo de tombamento passou a controlar os lugares de memória coletiva, selecionando-os de acordo com os seus interesses, regalias intrínsecas às ambições pessoais em detrimento dos anseios coletivos, promovendo o esquecimento de determinadas comunidades. Portanto, ao priorizar os lugares coletivos conforme os desejos de uma classe minoritária, o Estado assume um papel de formador das características identitárias de cada grupo, praticando ações políticas que selecionam as memórias coletivas, as quais influenciam no controle e manejo da população e de sua percepção de mundo, obtendo vantagens políticas e legitimações governamentais.

Portanto, o patrimônio cultural torna-se um fator fundamental na memória coletiva de um povo, uma vez que se caracteriza a dar continuidade histórica, ou seja, representam determinados conhecimentos e valores atemporais de um povo, ultrapassando barreiras meramente materiais. Dessa forma, o patrimônio cultural garante o direito do coletivo no acesso e representação de memórias coletivas que possibilitam aos indivíduos a identificação dos grupos nos quais estão inseridos. Em suma, o tombamento assume a função de preservar o patrimônio cultural, ao invés de ser meramente uma ferramenta política utilizada para o privilégio de classes e para a manutenção de uma visão de mundo recortada e ideológica de forma oposta aos direitos coletivos.

O MODERNISMO

Para iniciar propriamente a discussão, é notável as interações estabelecidas entre a nata intelectual brasileira e o movimento modernista europeu no início do século XX, isto em resposta ao misto dos avanços técnico-científicos e das tensões/conflitos internacionais e nacionais que repercutem em uma verdadeira revolução artístico-literária para com este meio intelectual que se pronuncia de maneira enérgica. Logo, absorvendo os princípios ou elementos fundamentais de cada vertente estético-artística e ideológica, com intuito de elaborar um projeto de nação, surge a necessidade de “resgate do passado brasileiro” (Nogueira, 2005, p.70).

É importante destacar que o Movimento Modernista brasileiro não se resume a Semana de Arte Moderna de 1922, ele é muito mais difuso do que isso, possuindo várias vertentes. Velloso (2003) defende que o Modernismo seria um processo de movimento contínuo, estaria inserido na própria dinâmica histórica e se apresenta de diferentes formas, expressões e inserções. Ela também sustenta que já há traços desse Movimento na Geração de 1870, onde já se percebia um conjunto de transformações no âmbito das ideias, da política e da economia.

Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais modernistas tentaram construir os sentidos do Brasil, buscando os elementos que formariam a cultura brasileira. Para tanto, foi de fundamental importância as viagens pelos rincões do Brasil empreendidas por esse grupo. Nesse momento, percebem a importância da elaboração de uma estética e de uma identidade nacional. Eles também despertam para a relevância de uma atuação no âmbito político a fim de viabilizar a construção da nação. Por conta desse contexto, cria-se um fértil terreno para a atuação de vários intelectuais modernistas no Governo de Getúlio Vargas (Nogueira, 2005).

Nessa leitura, uma reformulação sistemática do que se pensa sobre a cultura brasileira, além de suas utilidades imprescindíveis para a constituição dessa aclamada identidade nacional, vai ser feita por estes modernistas, pois era essencial se deparar com a realidade vigente, que nos dizeres de Mário de Andrade: “[...] Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira.” (Andrade, 1982, p. 14-6 *apud* Nogueira, 2005, p. 64). Sendo assim, o objetivo dos intelectuais era pesquisar e estudar mais sobre as raízes culturais que compõem todo o povo brasileiro, valorizando e selecionando os traços de suas manifestações e produções a fim consolidar os símbolos que remetem à nação, assim como o valor encontrado na própria história desta.

Nesse ínterim, é mister destacar o aspecto heterogêneo do movimento modernista, pois, apesar de haver uma concordância entre as vertentes quanto a superação do arcabouço intelectual brasileiro de outrora, havia posicionamentos destoantes de como deveria seguir o rumo do processo de transformação. Nesse sentido, pode-se apontar os antropofagistas como Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, prestigiando os aspectos primitivos da cultura brasileira e características pertinentes da vanguarda europeia; dos conservadores como Plínio Salgado com o grupo Verde-Amarelo com uma perspectiva mais moralista, voltando-se para o culto da pátria e de certos símbolos representativos do passado; tem-se, também, Mário de

Andrade que aborda o termo de “arte” em um sentido mais abrangente, expandindo e democratizando a própria concepção de cultura com seus trabalhos etnográficos (Bomeny, 2012 *apud* Silva, 2013); os arquitetos neocoloniais e modernistas, que apesar de ambos exaltarem as expressões estéticas das edificações coloniais, os primeiros buscavam modelos a serem reproduzidos no momento presente e os segundos privilegiavam as premissas estético-artísticas implícitas nas construções que deveriam ser apreendidas e adaptadas. Dessa maneira, percebe-se a diversidade e amplitude que o movimento vai tomando a partir dos anos quanto a atuação e interesse de seus intelectuais no meio público (Velloso, 2003; Nogueira, 2005; Fonseca, 2009).

MÁRIO DE ANDRADE E O ANTEPROJETO

Nascido em São Paulo, em 1893, Mário Raul de Moraes Andrade foi um dos fundadores do Modernismo Brasileiro, ainda no século XX. Reconhecido mundialmente por suas contribuições na literatura brasileira, Mário de Andrade foi um dos precursores da Semana de Arte Moderna, na década de 1920, responsável por trazer um resgate e uma nova roupagem à literatura e às artes visuais.

Conforme nos aponta Nogueira (2005), Mário de Andrade foi um homem de múltiplos talentos: poeta, escritor, literato, crítico de fotografia, crítico de cinema, músico de formação. Célebres também são as viagens que realizou pelo país e que tiveram como intuito conhecer mais sobre o patrimônio cultural brasileiro que ajudaria a compor e melhor entender a “brasilidade” tão perseguida pelos modernistas. Durante essas excursões desenvolveu o processo teórico-metodológico de registro tanto de bens materiais como de bens imateriais; utilizou-se bastante da fotografia e gravações sonoras no intuito de catalogar as manifestações culturais brasileiras com as quais se deparava.

Mário assume a direção do Departamento de Cultura de São Paulo e, nesse órgão, põe em prática a sua concepção abrangente de patrimônio cultural, que inclui tanto bens materiais como imateriais, ou seja, ele já defendia a importância do registro das manifestações culturais e saberes do povo brasileiro. Por conta de sua experiência frente a este Departamento paulista, recebe o convite de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas entre 1934 e 1945,

para desenvolver um projeto que tratasse sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Sendo assim, Mário de Andrade formulou um projeto que se debruçava sobre a criação de um órgão nacional de proteção do patrimônio cultural. Nogueira (2005) relata que Mário não separava a arte da história, ele englobava tudo como “arte nacional”. Todas as manifestações do povo brasileiro deveriam ser entendidas enquanto arte, inclusive a própria história. Daí porque em seu Anteprojeto o instituto nacional a ser criado receberia o nome de *Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*.

A partir dessa abordagem, Bracarense (2014) e Meneses (2021) trazem pontuais reflexões sobre a trajetória de Mário de Andrade e a contribuição do Anteprojeto por ele desenvolvido para a formulação de patrimônio, bem como sua preservação. Dentre essas reflexões, está a própria leitura e interpretação do dito Anteprojeto, o qual foi dividido em 3 (três) importantes capítulos.

Pensado e idealizado por um projeto de Mário de Andrade, a partir de uma perspectiva de valorização do patrimônio no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deteve uma importância exímia para a consolidação e afirmação do que hoje entendemos por patrimônio. Nessa esteira, o Anteprojeto de Mário de Andrade configura-se como uma literatura de natureza técnica e descritiva, uma vez que a busca pela asseguarção do sentido do patrimônio a nível nacional estava sendo discutida no documento.

Ele buscava sinalizar um comportamento esperado em relação à salvaguarda do patrimônio artístico nacional, em especial à política cultural relativa a este. Nesse sentido, embora não tenha chegado a se tornar uma norma jurídica, é um texto de conteúdo deontológico, apresentando uma ética ao patrimônio. (MENESES, 2021)

Nessa liturgia, o autor defenderá o objetivo central do SPHAN, onde este objetivar-se-á no ensejo em “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (Andrade, 2002). Desse modo, ao decorrer dessa pesquisa e da apresentação, destacamos aspectos fundantes do patrimônio no Brasil — através, principalmente, do dito Anteprojeto de Mário de Andrade — além da relação e dos desdobramentos que essa literatura desembocou no que hoje entendemos pelo sentido de patrimônio.

Dessa forma, o Anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade indicava a fundação do SPHAN. Na designação propositiva, não se observou o termo Histórico,

posteriormente acrescido ao Decreto-Lei N.º 25 de 1937 que a posteriori iria se desenvolver. Devido a isso, tal ausência se deveu à filosofia de Mário de Andrade, autor do Anteprojeto, de que essa atribuição se incluiria, portanto, na categoria Arte, sob a subdivisão Arte Histórica. (Bracarense, 2014)

Tomados por estes primeiros apontamentos históricos é que nos dispomos a trazer à baila uma discussão mais aprofundada acerca do Anteprojeto concebido por Mário de Andrade. Para tanto, visando uma reflexão fidedigna do documento elaborado por Andrade, lançaremos mão da análise textual do referido Anteprojeto e seus principais apontamento no que concerne à concepção do patrimônio artístico nacional. Para Andrade (2002), já na sua fundação, o SPHAN tinha como objetivo central a defesa de uma perspectiva de patrimônio visando “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. Ademais, conforme assegura a visão do autor do projeto,

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (Andrade, 2002, p.272).

Nessa esteira, o projeto inova ao trazer amplamente um vasto campo de diversas áreas para se pensar a política de tombamento e a questão do patrimônio artístico nacional. Dessa forma, Andrade (2002) destaca quem deveria ocupar essa espécie de conselho consultivo responsável por essa função. Com isso, segundo Meneses (2021, p.33-34) [...] “a competência para o tombamento foi atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja decisão em relação ao ato de tombamento cabe ao Conselho Consultivo do Patrimônio”. Diante disto, este conselho seria composto por: 1 presidente, 4 chefes de museus, 2 historiadores, 2 etnógrafos, 2 músicos, 2 pintores, 2 escultores, 2 arquitetos, 2 arqueólogos, 2 gravadores, 2 artesãos e, por fim, 2 escritores.

Desse modo, com a proposta de nova concepção do conselho deliberativo, é perceptível, portanto, uma intenção de ampliar de maneira interdisciplinar as camadas de técnicos na elaboração de pareceres de tombamento do patrimônio artístico brasileiro, lançando mão pela primeira vez da defesa vigorosa do patrimônio não só material — como se havia instigado à época, na defesa de uma vertente voltada à institucionalização da “pedra e cal” — mas também imaterial, de modo a apregoar a

necessidade da defesa do bens dessa natureza, como a música, a culinária, a dança, etc. Entretanto, esse marco histórico acabou por não ser consolidado à época, visto que somente só foi possível reconhecer oficialmente o patrimônio imaterial brasileiro quase 70 anos depois, através do Decreto 3.551/2000, que validou efetivamente este registro⁴.

DECRETO-LEI N.º 25 de 1937

Esse texto normativo é fruto de discussões que já vinham sendo travadas desde a década de 1920, com alguns projetos de lei que foram propostos, o Anteprojeto de Mário de Andrade, bem como com a legislação francesa acerca do tema (Chuva, 2009). Fazer a comparação deste decreto-lei com o Anteprojeto de Mário de Andrade nos aponta alguns caminhos que foram propositalmente adotados para a criação de uma identidade nacional dentro do campo do patrimônio cultural.

O Decreto-lei n.º 25/1937 é uma legislação que teve bastante longevidade, optou-se por conceitos mais amplos e atribuiu-se muita liberdade ao órgão responsável pelo patrimônio cultural nacional, uma vez que o texto não tece minúcias sobre como esse deveria funcionar ou sobre a composição dos Conselhos. Uma preocupação do Anteprojeto de Mário de Andrade era tratar sobre os profissionais que deveriam atuar na proteção do patrimônio nacional, uma proposição que privilegiava profissionais técnicos de várias áreas. O Decreto-lei n.º 25/1937 escolheu não se posicionar sobre o assunto, ficando a cargo da prática do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN a escolha desses profissionais e optou-se por privilegiar aqueles que tinham formação em Arquitetura (Chuva, 2009), fato esse que será tratado em mais detalhes adiante em nosso trabalho.

Ao conceituar o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional, o Decreto-Lei n.º 25/1937 foi mais abrangente, citando termos como: “fatos memoráveis”, “excepcional valor”, “feição notável”; o que abre espaço a uma subjetividade a ser exercida pelo SPHAN na escolha dos bens que mereciam a proteção da tutela do Estado, nesse aspecto se aproxima do texto legal francês que também elegeu termos mais amplos ao tratar desse tema (Chuva, 2009).

⁴ Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em: 01 ago 2023.

As escolhas do Estado brasileiro deixam evidentes as políticas públicas referentes ao patrimônio cultural e os tipos de bem que se queria tutelar, privilegiando os bens imóveis de estilo barroco da herança luso-brasileira no intuito de se criar um mito de origem que bem servisse aos interesses governamentais. Chuva (2009) trata sobre essas intenções em relevante passagem:

Com efeito, por meio da construção do discurso legal, foram retificadas ideias construídas num tempo e lugar muito precisos, tais como a noção explícita de pertencimento/inclusão, e a concentração do processo de seleção e de decisão de inclusão dos bens na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional nas mãos da direção da agência estatizada e de um Conselho Consultivo escolhido pela presidência da República. Isso dava ampla margem ao Estado, mediante sua agência, para construir uma visão particular da nação, escolhendo aquilo que melhor representasse a história que pretendia consagrar. Inaugurou-se, assim, oficialmente, a ação de preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil, fundada na sua identificação com o Estado. É a própria história do Estado que é contada, pelo seu “não reconhecimento” como uma escolha política que a diferenciava de outras ações possíveis. O Estado se autoatribuiu o papel de agente de memória da nação, detentor da tutela do patrimônio histórico e artístico nacional - e também de sujeição da história [...] sob essa ótica que se deu a escolha dos bens a serem conservados, aos quais se atribuiu paralelamente toda uma série de significados, num esforço de seleção daquilo que não deveria ser esquecido, daquilo que, para consolidação da nação, deveria permanecer na memória, materializando-se nos bens tombados. Tratava-se de encerrar escolhas de um passado que representasse toda a nação (Chuva, 2009, p. 173).

Chuva (2012) também critica a tentativa de vinculação do Decreto-Lei n.º 25/1937 com a figura de Mário de Andrade, a errônea ideia de que o texto legal teria sido inspirado pelo Anteprojeto do modernista, tal perspectiva não pode prosperar, haja vista que os conceitos de patrimônio cultural presentes em cada documento seriam antagônicos, são visões completamente opostas.

Outro aspecto a ser mencionado é que o texto legal se debruça sobre os efeitos do tombamento, instrumento esse que causa impacto direto no direito de propriedade, o qual deve ser flexibilizado tendo em vista a maior importância do interesse público. É importante destacar que, para o exercício pleno do direito de propriedade, é preciso respeitar a função social do bem. Essa subjetividade deu embasamento para a atuação estatal diante dos bens privados ao determinar as restrições que acompanhavam o instrumento legal do tombamento, os bens deveriam ser preservados em seus moldes originais; em caso de venda, o Poder Público teria

preferência na compra. Nogueira (2014) reflete acerca do instrumento do tombamento e seu uso político e de construção de memória, senão vejamos:

Diante dos impasses que envolviam os bens móveis e imóveis patrimonializados na complexa relação entre público e privado, o tombamento se apresentou como solução normativa viável. Entretanto, para além de seu caráter técnico e legal, é preciso percebê-lo como um dispositivo que tem o poder nomeador de construir uma representação da nação - a partir das escolhas e dos valores atribuídos a bens patrimonializados - fundada em um *continuum* temporal. Segundo Julia Wagner Pereira (2012, p. 166), “ao recontextualizar o bem, remetendo-o simbolicamente a um espaço-tempo histórico-mítico, o tombamento acrescenta-lhe novos significados, que permitem transcender sua existência comum, passando a pertencer concomitantemente ao passado e ao presente”. A conformação de um quadro simbólico de legitimação da nação foi se configurando, no interior da política de preservação do patrimônio cultural do SPHAN, à medida que o “rito do tombamento” (KERSTEN, 2000, p. 49-50) conferia, ao conjunto do patrimônio cultural selecionado, status de documento da nação, passível, portanto, de uma releitura do passado em articulação com um futuro a ser construído. Nesse processo, o resgate do passado para lançar-se ao futuro aproximou-se do ideário estado novista. Conhecer o passado e a tradição passou a ser visto como determinante para o projeto de construção de uma nova consciência para o futuro (Oliveira, 2008, p. 122 *apud* Nogueira, 2014, p. 56-57).

Ressalte-se que o instrumento do tombamento é adequado para realizar o registro de bens culturais materiais, no entanto mostra-se inadequado quando se trata dos bens imateriais. O Anteprojeto de Mário de Andrade já previa o inventário, metodologia desenvolvida ao longo de suas viagens pelo Brasil, que teria o intuito de registrar de forma apropriada os bens imateriais, ou seja, as manifestações culturais dos povos já que essas seriam percebidas como “arte nacional”. No entanto, o Decreto-Lei n.º 25/1937 não adota esse entendimento e não prevê a proteção de bens imateriais.

Também consta no documento a previsão para que os bens protegidos sejam registrados em Livros de Tombo, quais sejam: Livro das Belas-Artes; Livro Histórico; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro das Artes Aplicadas. O Livro das Belas-Artes foi o que recebeu o maior número de registros e a quantidade de bens arquitetônicos tutelados também chama atenção, totalizando 93,76% do conjunto total no período. A divisão entre os estados brasileiros desses bens tombados é bastante desigual, foram especialmente contemplados: Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%) (Chuva, 2009).

SPHAN: UM PONTO DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INTELLECTUAIS E O REGIME DE VARGAS

A criação do SPHAN se dá pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 — ressaltando que o órgão já estava em funcionamento não oficial em 1936 — sendo uma de suas principais atribuições “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Brasil, 1937).

Logo, é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 — já explanado — o pleno ato de tombamento dos bens materiais e imóveis. Dessa forma, o conceito de patrimônio passa a estar mais em voga no cenário público, graças a oficialidade e o fomento recebido do Estado — algo inédito até o momento, apesar de todas as vicissitudes — e do âmbito intelectual do país que promove muitas intervenções e difusões muito significativas no setor cultural.

Em primeira instância, para entender o que reflete a criação dessa instituição e suas consequências duradouras é necessário avaliar o contexto do qual o Brasil estava passando, a fim de localizar o propósito do patrimônio histórico e artístico, bem como as práticas de tombamentos muito recorrentes nas primeiras décadas de funcionamento da entidade.

Assim, especificamente nos idos de 1930, quando Getúlio Vargas assume o governo, a partir da “Revolução de 30”, tem-se um processo de transformação em muitos setores da sociedade, intensificando cada vez mais as expectativas por um “novo” Brasil. Dessa forma, observa-se o afloramento do conceito de patrimônio, dos atos de tombamento e seus significados, como também a vinculação de interesses entre os intelectuais e o regime de Vargas, além de perceber como essa relação interfere na forma de operar do SPHAN nos primeiros anos (Silva, 2010; Silva, 2013).

Por meio dessas afirmativas, evidencia-se a atração desenvolvida pela serventia que a noção de patrimônio dá aos planos políticos a longo prazo de Getúlio Vargas, de pensar a unidade nacional através de uma predileção por símbolos ou figuras e bens que representassem uma “memória nacional” comum a todos os brasileiros, ressoando em um “enquadramento da memória” (Pollak, 1989, p. 09), selecionando os elementos pertencentes ao escopo da cultura erudita.

Nesse aspecto, haverá uma comunhão entre os intelectuais e o regime, que se inicia com Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde pública que,

coordenando esforços junto com uma rede de contatos de célebres intelectuais do país — dentre eles, temos a título de exemplo, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre e Lúcio Costa que ajudaram no desempenho inicial do SPHAN — materializam as ambições dos interesses do Estado ao convocar Mário de Andrade para elaboração do Anteprojeto que delineava todos os componentes institucionais do SPHAN, como foi supracitado, além da escolha de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o cargo de diretor (Silva, 2010; Silva, 2013).

Além disso, segundo Nogueira (2014), quanto às suas análises do uso da história no campo patrimonial, esta pode ser utilizada com fins de construção de uma narrativa específica que atribua determinados valores. Ora, tal percepção é marcadamente presente na instrumentalização feita por Vargas nos usos do conceito de patrimônio, como se pode enxergar no recorrente emprego da palavra em muito dos seus discursos, tecendo um significado de pertencimento inegável, ao mesmo tempo que credibiliza suas ações políticas sem transparecer de fato suas verdadeiras intenções.

Portanto, é perceptível que há um árduo trabalho de constituir um pensamento voltado à questão moral, histórica e identitária dos bens patrimoniais, desconstruindo a percepção meramente física destes, agregando valores a fim de naturalizá-los como fatores chave de construção da nação (Campos, 2021), usufruindo, assim, da cultura e da história como veículos pedagógicos de instrução. Essa lógica foi difundida rapidamente pelos mecanismos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que se dispuseram a consolidar a representação interna e externa do Brasil, pode-se, enfim, destacar o investimento no turismo (Vianna, 2021).

Em relação ao SPHAN, é preciso salientar aspectos importantes a respeito de sua composição e a ideologia norteadora que executa e predomina nos atos de tombamento e como isso beneficia as propostas do Estado para a formulação da identidade nacional. Antes de tudo, o SPHAN é imaginado e confeccionado, inicialmente, a partir dos ditames elaborados por Mário de Andrade em seu Anteprojeto de como deveria ser organizada a instituição com o intuito de atender as diversas finalidades que o patrimônio histórico e artístico nacional implica. (Silva, 2010; Silva, 2013) Todavia, apesar de consentido muitas das ideias propostas por Mário de Andrade, as que diziam respeito ao folclore, ou melhor, à cultura popular, acabaram sendo esquecidas em prol de uma visão arquitetônica, europeia e barroca

encabeçada por um corpo técnico predominantemente de arquitetos como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Ademais, ainda sobre os arquitetos, as influências gestadas por estes no órgão é sem igual, instituindo, assim, uma convenção do que se entendia por patrimônio que permaneceu como uma verdadeira “provação” a ser superada décadas mais tarde. Por sua vez, tal influência advém das tendências ideológicas que imperavam neste momento. Como havia sido explicado anteriormente, há uma cumplicidade entre um pensamento modernista calcado numa visão particular do que seria o alvo das políticas patrimoniais com as práticas de preservação. Essas políticas representariam o repertório histórico-cultural da nação ao mundo com uma filosofia de Estado paternalista, uma vez que incentivava uma série de medidas unilaterais que atendessem às exigências de concretização de um sentimento de nacionalidade. Nesse sentido, Chuva (2003) esboça as intenções dos arquitetos modernistas em privilegiar os bens materiais do período colonial como arquétipos da evolução histórica da nação:

A valorização do vestígio e a preocupação em guardá-los para testemunhar à posteridade, foram estratégias visando estabelecer elos com um momento originário (barroco - século XVIII), que teria sido rompido e transformado. É, portanto somente através do sentimento de pertencimento a um novo tempo (moderno - século XX) que se torna possível demarcar dois momentos precisos – o originário, que se constitui a ancestralidade da nação, e o momento presente, de refundação que é capaz de reconquistar o elo perdido constituinte do ser nacional, qual seja, o “espírito de invenção”, a “seiva criadora”, o “sentido plástico real” e a “espontaneidade” - e reconhecer nesse gesto a ruptura. Lúcio Costa carregava a crença de que a produção moderna da arquitetura resgataria essa que ele chamou de “a boa tradição” (Chuva, 2003, p.328).

Então, os arquitetos, com destaque para Lúcio Costa que seria o pioneiro em todo esse empreendimento no SPHAN, juntamente com outros mais, viam-se incumbidos de uma tarefa de modelar o papel histórico desempenhado, especialmente pelo Brasil, no conjunto histórico do quadro das nações ocidentais. Pautando-se nos bens materiais, as edificações que os portugueses legaram e que foram absorvidas ao longo do tempo, em termos técnico-construtivos, pelos brasileiros, evidenciaria sua originalidade criativa como afirmação dessa identidade.

Aliás, tem-se o barroco tomado como uma herança europeia, mas que se metamorfoseia e se torna tipicamente brasileira a ponto de consolidar uma expressão

artística digna de ser preservada, marcando o início da fase “pedra e cal” — nisso destaco com ênfase a elevação da cidade de Ouro Preto (MG) como Monumento Nacional pelo “Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933” (Silva, 2010, p.43). Essa expressão remonta à questão da ancestralidade na qual é reaproveitada continuamente para o estabelecimento de parâmetros ou moldes de uma arte moderna no presente, rompendo com a ideia de continuidade tão defendida pela vertente neocolonial em contraposição ao que era defendido pelos arquitetos modernistas, já que os últimos

Se auto-atribuíram o sentido da modernidade, como algo intrínseco da profissão, visando à retomada dos aspectos peculiares à experiência brasileira, e enriquecendo-se da racionalidade contemporânea, com utilização efetiva das novas tecnologias (Chuva, 2003, p. 320).

Por fim, em alusão a mais um aspecto interessante de se abordar sobre o SPHAN, destaca-se a “política editorial” na Revista do SPHAN e nas Publicações do SPHAN, lugares perfeitos para se entender como eram construídos os discursos e os recursos utilizados para tal propósito, a partir da figura central do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Dessa forma, ao analisar todas as medidas tomadas, as redes de sociabilidade (sendo algumas vezes conflituosas) firmadas entre os intelectuais através destes canais de comunicação e os discursos proferidos pelo diretor para legitimação do que estava fazendo, é evidente como a instituição corresponde tanto ao seu contexto quanto a uma continuidade referente a uma tradição editorial secular, que reverbera em “políticas da memória” (Lanari, 2010, p. 45). Estes espaços são destinados exclusivamente às produções intelectuais, ou seja, são pertencentes a esse grupo social que dissemina uma imagem em particular de como deve ser interpretada a sociedade a partir de uma perspectiva isolada de busca ao passado para confirmação de suas próprias afirmações. Nesse sentido, Bispo (2011) discorre sobre esse espaço ser um “lugar de memória”:

Se os monumentos, as cidades históricas, as edificações, os museus e as coleções protegidos pelo SPHAN são, por si mesmos “lugares de memória” por excelência, toda a linha editorial do órgão que comenta, estuda, classifica, consolida e conserva esses bens culturais também pode ser tida como um “lugar de memória” (Bispo, 2011, p. 55).

METODOLOGIA

Nessa esteira, o presente trabalho tem como teor uma pesquisa de natureza qualitativa, portando, ainda, um cunho bibliográfico e documental (Gil, 2002) a partir da análise, interpretação, debate e fichamentos de autores brasileiros renomados no campo político-patrimonial, como *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)* (Chuva, 2009; 2012), *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação* (Nogueira, 2005; 2014) e *Trajatória da política federal de preservação no Brasil* (Fonseca, 2009), entre outros comentadores com pesquisa já consolidadas na área de patrimônio.

Ademais, para evidenciar a acuidade dos conceitos abordados nesta pesquisa, utilizou-se a ferramenta analítica da triangulação de fontes (Marconi & Lakatos, 2003), onde houve a junção dos métodos de pesquisa de cunho Bibliográfico e Documental. Desse modo, analisou-se os documentos: o Decreto-Lei n.º 25 de 1937 e o Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade (2002), ambos para possibilitar um embasamento fidedigno ao presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer pelo contexto histórico abordado, observando como as ideias e as práticas vinculadas ao conceito de patrimônio podem se constituir e o que podem produzir, é uma ótima oportunidade para historiadores averiguarem este processo conflituoso que caracteriza o devir histórico, a partir deste campo de conhecimento e atividade profissional que são palco de disputas constantes a respeito de como o bem cultural deve ser conceituado e protegido. Visualizar como esta problemática se consolidou ao longo do tempo é, também, notar como categorias gestoras de um *ethos* humano como memória, cultura, identidade, território, nação etc; operam na tecitura da realidade a partir dos sujeitos históricos e suas ações, reverberando no *continuum* da História e na sedimentação da sociedade.

Portanto, o patrimônio, como um elemento conceitual que aglomera múltiplos saberes, valores e definições, que afeta diretamente no sentido de ser de uma sociedade e seus mecanismos institucionais, torna-se uma chave analítica de compreensão da realidade social muito candente. Logo em seguida, evidencia-se o

embate de diferentes projetos político-ideológicos que, por meio de representações simbólicas contidas na acepção do patrimônio, conferem uma substância a esses discursos e um poder de legitimação identitária.

Destarte, o trabalho em tela caracteriza-se como uma tentativa de reafirmar a relevância que o campo do patrimônio possui para a História, de modo a ampliar os debates a respeito da cultura e da implementação de políticas públicas patrimoniais. Demais disso, observamos que os posicionamentos, sobre o que seria ou não um patrimônio cultural, são também resultado de projetos políticos que buscavam construir um imaginário de identidade brasileira que melhor correspondesse aos anseios daqueles que ocupavam o poder, fazendo com que tivéssemos, por décadas, uma visão patrimonial oficial restrita e que deixou de salvaguardar diversos bens culturais imateriais; deslocando-se da visão patrimonial abrangente e inclusiva de Mário de Andrade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 30, p. 271-287, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf. Acesso em: 10 jan 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [S. l.], 4 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 1 ago. 2023.

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan. **Revista: CPC**. São Paulo, n. 11, p. 33-59, nov. 2010/abr. 2011.

BRACARENSE, Mariana Sousa. **Mário de Andrade e o patrimônio**: conceitos e propostas formulados pelo intelectual modernista (1919-1945). 2014. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. Revista: **Faces de Clio**. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 91-110, jul./dez. de 2021.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 2 v.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista de História: TOPOI**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, pp. 313 - 333, 2003.

_____. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [s. l.], v. 34, p. 147-165, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 298 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANARI, Raul. **O patrimônio por escrito**: A política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo (1937-1946). Belo Horizonte, [s.n.], julho, 2010. p 209.

MENESES, Thiago Guimarães Santos. **Preservacionista aprendiz**: o anteprojeto do Span e os aportes de Mário de Andrade para a progressão da disciplina normativa nacional do patrimônio cultural. São Cristóvão, 2021. Monografia (graduação em Direito) – Departamento em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, [s.l.], v. 7, n. 14, p. 45, 19 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina. [tp://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n14p45](https://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n14p45).

_____. **Por um Inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 2005, 336p.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Revista: Cadernos do CEOM - "Bens culturais e ambientais"**. Santa Catarina, n. 29, ano 21/2008.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Glaci Teresinha Braga. **A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Pós - Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Michel dos Santos. **Os intelectuais e o Governo Vargas - As correspondências trocadas entre “Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade”**. 2013. 68 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. *In*: **COSTUMES em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-24.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo e a questão nacional. *In*: **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. Turismo, patrimônio e propaganda: ferramentas à serviço da autocracia na Era Vargas. *In*: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. XII. **Anais**. São Paulo: ANPTUR; EACH-USP; PPGTUR. 2015, p. 1-11.

Capítulo 4
A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM ESAÚ E
JACÓ DE MACHADO DE ASSIS
Grasielle Rodrigues da Silva
Gabrielle Rodrigues da Silva

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM ESAÚ E JACÓ DE MACHADO DE ASSIS

Grasielle Rodrigues da Silva

*Mestranda pelo programa de pós-graduação em História e Regiões da Universidade estadual do Centro-oeste – UNICENTRO/ campus Irati/PR,
grasiellerodriguesdasilva@gmail.com*

Gabrielle Rodrigues da Silva

*Mestranda pelo programa de pós-graduação em História Pública da Universidade do estado do Paraná – ENESPAR/ campus de Campo Mourão-PR,
gabriellerodrigues22@gmail.com*

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir através do livro Esaú e Jacó, publicado em 1904, a maneira em que os escravizados se enxergavam na sociedade no final do século XIX, tendo eles em seu histórico, sido arrancados de seu meio e de suas relações sociais para o trabalho forçado e sendo obrigados a construir uma nova identidade social no Brasil baseado nos costumes e práticas dos seus senhores. Abordamos algumas contribuições de Machado de Assis sobre a temática da escravidão em outras obras e a abolição em Esaú e Jacó, através de personagens que pertenciam à elite carioca do período. Destacamos também, a forma como os brancos, jovens e letrados enxergavam a sociedade escravista, mostrando que até mesmo as atitudes dos abolicionistas indicavam a superioridade dos brancos sobre os negros, e que as discussões sobre a emancipação dos escravos no Brasil também esteve presente nas grandes universidades.

Palavras-chaves: Machado de Assis; Escravidão; Esaú e Jacó;

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss through the book Esau and Jacob, published in 1904, the way in which the enslaved were seen in the society in the late nineteenth century, having in their history been torn from their environment and their social relations for forced labor and being forced to build a new social identity in Brazil based on the customs and practices of their masters. We approached some contributions of Machado de Assis on the subject of slavery in other works and the abolition in Esau and Jacob, through characters who belonged to the Carioca elite of the period. We also highlight the way in which white, young and learned men saw slave society, showing that even the abolitionist attitudes indicated the superiority of whites over blacks, and that discussions on the emancipation of slaves in Brazil were also present in the great universities.

Keywords: Machado de Assis; slavery; Esaú e Jacó.

INTRODUÇÃO

Machado de Assis é considerado o precursor do movimento Realista no Brasil, viveu em um período em que o país passava por transformações sociais, políticas e culturais que foram refletidas em sua obra. Através da ficção Machado de Assis consegue retratar o século XIX no Brasil de modo que nos promove discussões até os dias de hoje. Iremos utilizar o livro *Esaú e Jacó*, publicado em 1904, que retrata as últimas décadas do século XIX. O livro narra diversos acontecimentos históricos, como o fim da escravidão (de forma superficial), o fim da monarquia e a instauração da república.

Esaú e Jacó têm como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro no período de transição do império para a República, por isso, a questão política é bem explícita no texto, os gêmeos Pedro e Paulo além de serem rivais na vida pessoal também são rivais na vida política, tendo um simpatizado com o império e o outro com a república. O próprio narrador ao longo do texto dedica capítulos inteiros para discutir a questão política e como esta mudança acaba entrando nas preocupações dos personagens, mesmo que a narrativa pareça estar limitada somente ao cotidiano da burguesia carioca, acaba porém, mostrando também elementos para a discussão da história do Brasil.

Machado de Assis e a escravidão

Reconhecemos que Machado de Assis não adentra na questão racial de maneira direta em *Esaú e Jacó*, podendo esta temática ser encontrado de forma mais clara em contos como “o caso da vara”(1891) que traz o caso de Damião, um jovem que foge do seminário, temendo que seu pai mande-o de volta para o seminário, se refugia na casa de sinhá Rita que promete ajudá-lo, ela possui muitas escravas dentre elas a jovem Lucrecia que desponta no conto como sendo extremamente maltratada por sua senhora. Damião se apieda de Lucrecia e o conto tem seu ápice na indecisão de Damião em dar ou não à Sinhá Rita a vara para castigar a Lucrecia; e “o pai contra mãe”(1906) que relata o caso do caçador de escravos, Candido Neves que passa por extrema dificuldade para sustentar seu filho, assim, decide que seria melhor colocá-lo na roda dos enjeitados, que era um abrigo para bebês abandonados, porém no caminho encontra uma escrava fugitiva grávida que lhe valeria cem contos de réis,

persegue a escrava e a captura de forma tão violenta que esta perde o bebê devolvendo-a ao seu dono, recebe dinheiro suficiente para ficar com o seu filho. Publicados em 1891 e 1906, permitem fazer uma análise do contexto escravagista brasileiro nos séculos XIX onde ele traz de forma secundária e realista, a realidade de duas escravas.

A visão de Machado de Assis sobre a escravidão pode ser percebida também na crônica publicada em maio de 1888 no jornal carioca Gazeta de notícias, onde ele traz o caso do jovem Pancrácio, um “molecote” que seu senhor, tendo visto a movimentação para a Lei Áurea decide fazer um “banquete” e entregar-lhe a liberdade, recebendo assim, glórias e esperando também receber condecorações por seu grande ato. No dia seguinte, chama o jovem Pancrácio e lhe oferece um emprego para que este continue com seus serviços, Pancrácio aceita, e assim o eu lírico começa a descrever em sequência a relação dele com o agora liberto, que “aceitou tudo” até petelecos, pontapés, puxões de orelhas, ofensas e xingamentos.

Chalhoub (1990) acredita que a base que Machado de Assis quer mostrar com a crônica é que mesmo com todo o evento realizado, toda honraria destinada somente ao senhor, na vida do jovem Pancrácio não houve grandes mudanças, que este evento leva a compreensão de que a abolição nunca tenha acontecido efetivamente para os escravizados e afirma que a crônica traz também uma leitura sobre as rupturas e continuidades com a abolição.

Gledson (1986) tenta fazer uma reconstrução da imagem que Machado de Assis tinha do Brasil, não acreditando que Assis tenha sido imparcial referente às mudanças que aconteciam no país, sendo a crônica sobre a liberdade do jovem Pancrácio exemplo disso.

Entendemos que através das obras machadianas é possível visualizar o cenário da escravidão no Brasil e suas contribuições para a sociedade do século XIX, através da descrição da realidade vivida por um povo que foi subjugado por séculos. Mesmo que não dando enfoque direto, existem outras obras que mencionam a questão escravista no país, mas esta aparece nas obras machadianas como algo que faz parte da rotina da sociedade no século XIX.

A jóia

Um dos momentos que pretendemos destacar no livro *Esaú e Jacó* se passa no capítulo XX do livro, intitulado “a jóia” que relata a conquista do título de barão pelo banqueiro Santos e por sua esposa Natividade, que são os pais dos gêmeos protagonistas. A Natividade toma conhecimento da conquista da baronia através de uma notícia de jornal em seu aniversário, em uma ocasião no seio familiar muito bem planejada por seu marido, essa conquista acaba trazendo muita felicidade para a família, para seus amigos, pessoas da alta sociedade e inclusive para seus escravos que ficam felizes com a glória dos proprietários como se fosse uma vitória pessoal, chegando até a acreditar que fossem melhores que outros escravos, pois a partir daquele momento seriam propriedades não de qualquer um, mas sim, de barões do império.

“E os rapazes saíram a espalhar a notícia pela casa. Os criados ficaram felizes com a mudança dos amos. Os próprios escravos pareciam receber uma parcela da liberdade e condecoravam-se com ela: “Nhã Baronesa!” exclamavam saltando. E João puxava Maria, batendo castanholas com os dedos: “Gente, quem é esta crioula? Sou escrava de Nhã Baronesa!”

(Machado de Assis, 1904, p. 34)

Esse ponto nos desperta o interesse de discutir sobre a maneira com que o escravizado se enxergava na sociedade no século XIX presente na obra *Esaú e Jacó*. Onde as conquistas dos seus senhores eram vistas como conquistas também para os escravos, uma maneira de status frente a outros escravos e uma forma de se sobressaírem socialmente.

Segundo Joaquim Nabuco, que foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro. Formado pela faculdade de direito de Recife e um dos fundadores da academia brasileira de letras, diz em seu estudo “o abolicionismo” (2000) que a escravidão não mexia somente com o modo de pensar do escravagista, branco, detentor de terras e dos meios de produção, mas também, corrompia a mentalidade dos escravos que vinham cativos da África.

Com a escravidão, os africanos no Brasil estavam tentando reconstruir sua personalidade social que fora perdida com sua arrancada abrupta e violenta de seus familiares, seu lugar, sua cultura e religião. Para Mattoso (1988) a base da escravidão era a necessidade dos escravizados se organizarem socialmente de acordo com a

identidade social dos seus senhores, de maneira que os senhores pudessem manipular seus escravos fazendo uso de seu poder patriarcal e do paternalismo. Afirma também, que o escravizado tentava meios de se adaptar a sua nova realidade, isto envolvia a obediência e o trabalho, porém, não excluía necessariamente as resistências e que a humildade, a fidelidade e a obediência também eram formas de resistência. Por isso, que nessa busca pela reconstrução de sua personalidade social tem possibilidade do escravo felicitar-se também com a felicidade de seus senhores.

“Emancipado o preto, resta emancipar o branco”

O capítulo XXXVII da obra *Esaú e Jacó* de Machado de Assis, intitulado “desacordo no acordo” é o momento em que o autor mostra o ano de 1888 com o fim da escravidão, abordando o posicionamento dos gêmeos que mesmo sendo contrários em tudo, concordavam quanto a emancipação dos escravos, mesmo que discordando quanto ao seu significado, “para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início de uma revolução” (pag. 51).

No resto do capítulo, o enfoque é na preocupação da mãe dos rapazes, a respeito do posicionamento do filho Paulo e o fato que ele poderia ser visto como “uma ameaça ao imperador e ao império” por declarar que “a abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (pag. 51).

O que chama atenção nesse capítulo do livro é que esperava-se que o fim da escravidão trouxesse transformações para a sociedade, independente do posicionamento político. Apesar da súbita passagem pela temática, o próprio autor começa o capítulo afirmando ser esta uma questão “grave e gravíssima” mostrando com isso, a importância da data e do ocorrido.

Em seu livro *O jogo da dissimulação*, Wlamyra de Albuquerque (2009) mostra a racialização das relações sociais nas décadas que antecederam e sucederam a abolição da escravatura no Brasil, dizendo que a cientificidade relacionada à raça humana sustenta a ideia de hierarquias sociais e por isso, o científico estava apoiado ao costume, já que a cor de pele sempre fora o critério para a diferenciação da ordem social. A raça é mostrada como uma maneira genérica de prevalectimento de antigas diferenças de etnias e de mentalidades, considerando uma melhor que a outra.

Apesar de seu posicionamento abolicionista, descrito anteriormente, Joaquim Nabuco também defendia a criação de leis que fossem mais rígidas com escravos e

“pessoas de cor”, mostrando uma marginalização dessas pessoas que eram uma ameaça à sociedade. Segundo Albuquerque (2009) o fim da escravidão era defendida pelos renomados, letrados e brancos abolicionistas quando fosse uma espécie de caridade, de generosidade e boa vontade, devido sua benevolência e superioridade, que tendo consciência da exploração desse povo o livraria de tal infortúnio. Porém, os negros ainda ficariam submissos aos brancos, por um tipo de dívida por sua bondade.

Queremos levantar a ideia de que mesmo quem defendia o fim da escravidão tem em seus preceitos bases de superioridade, mas assim como Wlamyra, não estamos desqualificando Joaquim Nabuco como abolicionista, homem de seu tempo. Estamos tentando compreender a forma como os brancos enxergavam a liberdade do negro. Segundo Antônio Cândido (2004) Nabuco era um “radical temporário”, ou seja, mesmo pertencendo a aristocracia, ele tinha visões que ia além de sua classe social, conseguia estabelecer bem a sociedade brasileira e conseguia enxergar que o escravo era sua base.

A faculdade de direito de São Paulo em que o personagem Paulo estudava, era um dos principais centros abolicionista do país, o livro Esaú e Jacó, mostra a inclinação de Paulo para abolição e para a vida política de tal modo que ele chegou a discursar acerca da emancipação escrava, isso nos indica que a discussão sobre a abolição no Brasil também esteve nas grandes universidades brasileiras.

Mesmo com a emancipação dos escravos, estes não ganharam os direitos iguais dos cidadãos brancos e por isso, foram levados a povoarem a margem da sociedade das cidades, em cortiços. Porém estes tinham má fama de serem os proliferadores de doenças e que traziam feiura para a cidade, por isso foram destruídos por ordem da prefeitura da então capital federal, essa atitude foi aclamada pela imprensa da época.

Esses moradores dos cortiços depois viriam a se tornar moradores das grandes favelas dos grandes centros até os dias de hoje. Segundo Chalhoub (1996) em cidade fabril, os senhores de escravos enxergavam os cortiços como nada menos que um grande problema nas cidades. Em 05 de maio de 1869, no jornal do comércio, a coluna de “publicação do pedido”, traz uma carta em que um senhor de escravo pede que a polícia da corte faça uma revista nos cortiços em busca de escravos fugidos. O que mostra que os cortiços aparecem como esconderijos para escravos. Para o autor, os cortiços estiveram ligados ao aumento da imigração portuguesa e ao aumento das alforrias conquistadas pelos escravos. Chalhoub diz também, que entre

1850 e 1860, décadas anteriores à abolição da escravatura em 1888, era comum que os escravos conseguissem autorização de seus senhores para viverem “sobre si” em cortiços, por isso não era possível fazer um controle sobre quem era escravo fugido e sobre qual deles possuíam autorização de seus senhores para povoarem os cortiços. Essa permissão para viverem “sobre si” para o autor, era algo sobre qual os escravos urbanos muito se empenhavam para conseguir, devido sua possibilidade de autonomia na atividade econômica e também, de levarem uma vida que se confundia com a da população livre.

Andreia Santos Pessanha (2005) faz um compilado das principais ideias de André Rebouças, intitulado Da abolição da escravatura a abolição da miséria, onde ele defendia que a assinatura da Lei Áurea seria uma violência aos escravos se esta fosse assinada sem que os ex-escravos tivessem oportunidade de trabalho remunerado e acesso a educação. Os libertos deveriam receber terras para cultivarem, se sustentarem e impulsionarem a economia brasileira, achava também, que a agricultura teria uma grande revolução depois da abolição. Porém, como sabemos isso não ocorreu e os descendentes dos escravos vivem a margem da sociedade até os dias de hoje, Rebouças acreditava que libertar os escravos sem garantir a eles o básico, seria o mesmo que condená-los a miséria, já sabendo ele que a emancipação nada mais seria do que a racialização das relações sociais e a manutenção dos esquemas hierárquicos, onde um ex-escravo, marcado por seu tom de pele mesmo séculos depois da abolição, não deixa de ser ex-escravo.

Acredita-se que na fala de Paulo sobre faltar emancipar os brancos, ele estava se referindo ao modelo político no país, pois era a favor da República. Justificando assim a preocupação de sua mãe com a opinião do imperador, que poderia enxergar seu posicionamento como uma crítica pessoal. Paulo estava insinuando que com a monarquia, os cidadãos (brancos) encontravam-se escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escravo no Brasil geralmente aparece cercado de uma história que muitas vezes tinha seu início na África com a sua captura, o tráfico atlântico nos navios negreiros fora retrato de violência e brutalidade. Os escravos perdiam o contato com seus familiares e eram separados de seus conhecidos. No novo país, os recém-chegados se encontravam excluídos, em um lugar onde o idioma era desconhecido e

com poucas possibilidades de se relacionarem com os outros escravos. Os senhores de escravos como um meio para prevenir possíveis motins, não permitiam o contato entre escravos de uma mesma etnia.

Pode-se dizer que os africanos sofreram diversos tipos de violência e de dominação, os escravos tinham de se adequar a uma jornada árdua de trabalho, a uma alimentação precária, maus tratos e aos castigos, estes e as “benevolências” descritas por Sílvia Lara eram também uma forma de dominação no Brasil escravista, onde não somente os castigos físicos deveriam garantir a subordinação escrava como também algumas palavras desferidas de maneira amorosa. “essa dominação amorosa que temperava rigor e respeito não só acabava por reforçar os laços pessoais como também pretendia assegurar a convivência escrava ao exercício do poder” (LARA, 1988, pag. 117), mesmo não sendo isso claro na obra machadiana, os escravos estarem felizes e comemorando com seus senhores indicam que eles eram “bem tratados”, porém, esse tipo de tratamento também era uma forma de dominação.

Publicado em 1904, *Esaú e Jacó* foi a penúltima obra machadiana a ser publicada. Onde é possível encontrar diversos enfoques, porém o mais comum é o histórico-político por ser mostrada de maneira mais explícita, onde o autor separa até mesmo capítulos inteiros para tratar da queda monarquia e da instauração da república, fazendo uma crítica a forma com que as pessoas consideravam aquele fato e a sua relevância. O importante a dizer sobre a relação da obra com a escravidão é que mesmo o autor abordando o tema de maneira discreta, permite ao leitor tecer discussões sobre a temática e concede também elementos para a discussão sobre a história do País.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de *O jogo da dissimulação : abolição e cidadania negra no Brasil*; Wlamyra R. de Albuquerque — São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 4 ed. São Paulo. Duas cidades, Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2004

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro. H. Garnier livreiro-editor, 1904.

Assis, Machado de. *Obra Completa*, Vol III. 3ª edição. José Aguilar, Rio de Janeiro. 1973. p. 489 – 491.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 32; 51; 162-3.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* – São Paulo: companhia das letras, 1990.

PESSANHA, Andréa Santos . Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2005. v. 01. 160p .

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

LARA, Sílvia H. *Campos da Violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 206.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo : Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

50 Contos de Machado de Assis. Selecionados por John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Capítulo 5

***DIREITO À POESIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA
POESIA, ENQUANTO INSTRUMENTO POLÍTICO
NO CONTEXTO REVOLUÇÃO CHILENA NA OBRA
“O CARTEIRO E O POETA”***

Emanuele de Freitas Freire

Mariana Valenca Felix

DIREITO À POESIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA POESIA, ENQUANTO INSTRUMENTO POLÍTICO NO CONTEXTO REVOLUÇÃO CHILENA NA OBRA “O CARTEIRO E O POETA”

Emanuele de Freitas Freire

Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cajazeiras; emanuele.freitas@estudante.ufcg.edu.br

Mariana Valenca Felix

Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cajazeiras; mariana.valenca@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO

Publicado pela primeira vez no ano de 1985, e de autoria do escritor chileno Antonio Skármeta, o livro “O carteiro e o poeta” conta a trajetória de Mário Jiménez, um jovem carteiro que ao se aproximar do poeta Pablo Neruda, dá início a uma amizade bastante particular, a partir da qual Mário desenvolve um verdadeiro fascínio pela poesia. A obra, que é situada no contexto da Revolução Chilena, não deixa de abordar as questões políticas pungentes naquele momento, de forma que o próprio protagonista da narrativa, se engaja na luta política. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a função social e política da poesia na obra de Skármeta, tomando como base as reflexões do crítico literário Antonio Candido em seu ensaio “O Direito à Literatura”, buscando demonstrar assim o papel da literatura enquanto instrumento de formação social, humana e política, com ênfase no contexto histórico da obra, isto é, da Revolução Chilena.

Palavras-chave: Poesia; Literatura; Revolução Chilena

ABSTRACT

Published for the first time in 1985, and authored by the Chilean writer Antonio Skármeta, the book “The Postman and the Poet” tells the story of Mário Jiménez, a young postman who, when approaching the poet Pablo Neruda, starts a Quite particular friendship, from which Mário develops a true fascination for poetry. The work, which is situated in the context of the Chilean Revolution, does not fail to address the poignant political issues at that time, so that the protagonist of the narrative himself engages in the political struggle. Therefore, the present work aims to analyze the social and political function of poetry in Skármeta's work, based on the thought of literary critic Antonio Candido in his essay "The Right to Literature", thus seeking to demonstrate the role of literature as a instrument of social, human and political formation, with emphasis on the historical context of the work, that is, the Chilean Revolution.

Keywords: Poetry; Literature; Chilean Revolution

1. Introdução

A literatura como fonte histórica por muito tempo foi bastante questionada, pois o que se entendia é que a história deveria trabalhar com os fatos e as representações do passado, e a literatura carrega em si uma característica muito própria, a possibilidade de sua construção ser de origem fictícia, de suas histórias serem criadas apenas a partir da imaginação de seus autores.

Então, como poderia se construir uma relação entre história e literatura? Para responder a essa questão, segundo Borges (2010) é preciso acionar uma vertente da história cultural, que trata a possibilidade de enfoque nos “mecanismos de produção dos objetos culturais, como suas intencionalidades, a dimensão estética, a questão da intertextualidade ou do diálogo que um texto estabelece com outro, dentre aspectos diversos, como seus mecanismos de recepção, a qual pode ser pensada como uma forma de produção de sentidos.”

Assim, os textos literários também podem se constituir como documento histórico, o que o diferencia nesse caso é a forma como o historiador trabalha e utiliza-se dessa fonte, tendo que voltar seu olhar para características externas ao conteúdo em si, voltando-se para o lugar de produção da obra, as condições de seus autores, seu contexto histórico e social, a fim de entender quais os sentidos e as intenções por trás de cada produção. Para trabalhar com literatura é preciso entender que todos esses aspectos atravessam o produtor da obra constituindo seu pensamento e o levando a construir o texto tal qual ele se apresenta. Esse pensamento também é entendido quando se trata do gênero literário romance histórico que segundo Lukács (1972) resulta da “compreensão do relacionamento entre o passado histórico e o tempo presente” existindo assim uma ponte entre o lugar de produção e o lugar de análise de cada obra, atribuindo importância histórica e função social a elas.

Pensando nisso, a discussão que se realiza nesse artigo busca evidenciar a importância que a literatura e a poesia têm no processo de formação pessoal, de consciência histórica e política das pessoas que a acessam, demonstrando a sua função social. Para tanto, se construiu uma análise desse papel da poesia enquanto instrumento político a partir da obra “O carteiro e o poeta” publicada em 1985 e de autoria do escritor chileno Antonio Skármeta, enfocando o contexto histórico da revolução chilena que está presente na obra. Essa análise se constitui baseando-se

principalmente nas reflexões propostas pelo estudioso da literatura Antonio Candido em seu ensaio intitulado “O Direito a Literatura”.

A reflexão proposta por Candido nos faz pensar sobre como a literatura está ligada à estrutura social, tornando-se um fator indispensável e um direito de todos, sendo responsável por construir o caráter humanizador da sociedade. É nesse sentido que se desenvolve também o debate sobre direitos humanos e a função social da poesia, tornando essencial o trabalho de análise e discussão de obras literárias como a de Skármeta, destacando também sua relevância histórica.

Assim sendo, a critério de organização e consistência de pesquisa, o presente trabalho se estrutura em tópicos, sendo o primeiro destinado a abordar a relação literatura e sociedade, o segundo com a intenção de contextualizar a Revolução Chilena, o terceiro tratando sobre a obra analisada e seus significados e o quarto tópico apresentando a discussão sobre direito à poesia, sendo o artigo encerrado com as conclusões finais.

2. Fundamentação teórica

A literatura compreende um campo de estudo multidisciplinar, capaz de despertar o interesse dos mais diversos profissionais das ciências sociais. Para o historiador, as fontes literárias compreendem um objeto riquíssimo que consegue abarcar, mesmo que através de elementos ficcionais, aspectos, sentidos e transformações da sociedade em que foram produzidas. Indo mais adiante, é válido ressaltar que a literatura não pertence somente ao seu autor, haja vista que o leitor também se apropria da obra literária e constrói sua compreensão sobre ela, partindo de seu lugar social e histórico.

Portanto, tomando como base a obra do crítico literário Antônio Candido (1999), é possível afirmar que a literatura pertence à sociedade, de maneira geral, sendo capaz de dialogar sob as mais diversas perspectivas, com diferentes tempos, culturas e povos. Partindo disso, Candido (1999) irá ressaltar a literatura a partir de sua função social, função essa que se relaciona com o seu caráter formativo.

O autor compreende a ideia de formação para além de um sentido meramente pedagógico, trata-se de formação humana em um contexto mais amplo, que não se restringe à contribuição da literatura na construção intelectual dos sujeitos, mas também, da sensibilidade humana, da formação política e da compreensão de mundo,

em outras palavras, Antônio Candido nos diz que a literatura, acima de tudo, humaniza.

Paradoxos, portanto, de todo lado, mostrando o conflito entre a idéia convencional de uma literatura que eleva e edifica (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver. (CANDIDO, p 5, 1999)

Por compreender a literatura como instrumento humanizador, em “O direito à literatura” (1995), Antônio Candido discorre sobre a questão dos direitos humanos, enfatizando o direito à literatura, enquanto direito humano inalienável. Argumentando que a existência humana não se concebe de forma plena, sem a presença da literatura em suas mais diversas modalidades.

Portanto, por via oral ou visual; sob formas curtas e elementares, ou sob complexas formas extensas, a necessidade de ficção se manifesta a cada instante; aliás, ninguém pode passar um dia sem consumi-la, ainda que sob a forma de palpite na loteria, devaneio, construção ideal ou anedota. E assim se justifica o interesse pela função dessas formas de sistematizar a fantasia, de que a literatura é uma das modalidades mais ricas. (CANDIDO, p 3, 1999)

O ser humano necessita da ficção, da fantasia presentes na tradição oral, na poesia, nos romances etc. Portanto, se não é possível pensar a existência humana sem a presença da literatura, o autor ressalta o lugar desta, enquanto direito humano universal, tendo em vista também que, na compreensão de Antônio Candido, a literatura é universal, ou seja, independente da formação intelectual do sujeito, ela pode ser sentida e apreciada em diferentes tempos e lugares, justamente por esse caráter de universalidade do qual Cândido nos fala.

As produções literárias, de todos os tipos e de todos os níveis, satisfazem as necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão de mundo. O que illustrei por meio do provérbio e dos versos de Gonzaga ocorre em todo o campo da literatura e explica por que ela é uma necessidade universal imperiosa. (CANDIDO, 1995)

Como destacado, na obra de Skármeta o contexto político do livro é muito marcante, considerando que o pano de fundo da história se passa no período da revolução chilena. A fim de compreender melhor esse contexto histórico

revolucionário, destacamos no presente trabalho os aspectos e as particularidades da revolução chilena, entendendo-a como um dos eventos importantes tanto para o romance quanto para a trajetória do Chile.

A revolução chilena geralmente é mais conhecida pela ditadura chilena, pois há maior destaque para o momento do golpe realizado durante o governo de Salvador Allende. A eleição de Allende para presidente foi feita de forma democrática em 4 de setembro de 1970, sendo ele o primeiro presidente declaradamente socialista a ser eleito no Chile, tendo mais tarde, influência no surgimento do Partido comunista do Chile. Seu governo seguiu a premissa do socialismo que aos poucos passou a ser implementado no país por meio de um plano de transição de capitalismo para socialismo, política que ficou conhecida como “via chilena para o socialismo”.

Essa forma de governo adotada por Allende desagradou a massa burguesa da sociedade, que passou a desaprovar suas decisões e ações relacionadas ao país, o regime de Allende colocou o país em uma crise, o que mais tarde facilitou o processo de tomada de poder pelos militares, ou seja, o golpe de estado. O golpe sofrido por Salvador Allende foi arquitetado e encabeçado pelo general Augusto Pinochet, que assumiu a presidência do país no ano de 1974, implantando no Chile um governo ditatorial que durou cerca de 17 anos.

É esse o contexto histórico presente na obra *O carteiro e o poeta* e ainda que esse não seja seu foco, ou discussão principal, é sobre esse evento que a formação política do personagem de Mário Jiménez, através da literatura, da poesia e da relação que desenvolve com Pablo Neruda, passa a ter impacto e relevância, destacando sua importância.

3. Metodologia de Pesquisa

A metodologia do presente estudo consistiu em uma pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentando-se nas obras “*O Carteiro e o Poeta*” de Antonio Skármeta, “*O direito à literatura*” e “*A literatura e a formação do homem*”, ambos do crítico literário brasileiro Antonio Candido.

4. Análise de dados- sobre a obra e seus significados

Seguindo a edificação do presente trabalho, é preciso considerar os aspectos da obra de Skármeta, seus personagens, sentidos e significados. Assim, a obra

analisada é um romance, que teve sua primeira publicação no ano de 1985, tendo demorado cerca de 14 anos até ficar pronto de fato e ter sua publicação efetivada. O livro conta com dois personagens principais, o carteiro Mário Jiménez e o escritor Pablo Neruda, sendo sua história desenvolvida em 176 páginas, que foram traduzidas para diferentes línguas ao longo do tempo. A obra também recebeu uma adaptação cinematográfica que chegou a ganhar o Oscar de melhor trilha sonora, de 1996.

Pensando na sua história, vemos que “O carteiro e o poeta” nos conta a história do personagem principal, Mário Jimenez, um jovem rapaz que trabalha como carteiro na Ilha Negra, a fim de auxiliar com os gastos em casa. O protagonista da obra constrói no decorrer da narrativa uma relação muito íntima com o escritor Pablo Neruda, sendo essa amizade o desenrolar mais importante da história. É a partir da relação construída entre eles que podemos realizar uma análise e entender qual a importância que a literatura e a poesia têm e como isso pode influenciar e contribuir na vida das pessoas, das mais simples como o carteiro, as mais notáveis como o próprio escritor.

A relação desses dois personagens começa de forma simples, com Neruda sendo o único a quem o Mário deveria entregar cartas, já que os outros habitantes do local dificilmente recebiam correspondência. O ponto chave de nossa discussão permeia o estreitamento dessa relação, a forma como o carteiro começa a se envolver com a literatura e com as palavras do escritor, que passa a auxiliá-lo no processo de conquista amorosa da personagem Beatriz González, ensinando-o sobre o uso de metáforas e contribuindo para seu acesso ao mundo literário como um todo.

Ao analisarmos a obra “O carteiro e o poeta”, sob a ótica de Antônio Candido, é possível identificar a função humanizadora da poesia na trajetória das personagens, especialmente na vida do protagonista Mário Jiménez. O jovem carteiro, habitante de uma ilha, cuja população era em sua maioria analfabeta, ao se aproximar do poeta Pablo Neruda, desenvolve para além de uma amizade aparentemente improvável, um verdadeiro fascínio pela poesia e pelo ofício do poeta, de forma que o próprio Mário, a medida que sua relação com Neruda se estreita, passa a expressar o seu interesse em escrever poesia.

— Puxa, eu bem que gostaria de ser poeta!
— Rapaz! Todos são poetas no Chile. É mais original que você continue sendo carteiro. Pelo menos caminha bastante e não engorda. Todos os poetas aqui no Chile somos gorduchos. (SKÁRMETA, p 16, 1996)

Portanto, a poesia sensibiliza o personagem e o desperta para uma descoberta de si e do mundo através dessa arte, é possível então identificar na figura de Mário, o papel humanizador da poesia de que nos fala Antônio Candido (1999). Mário traduz com muita precisão a função formativa da literatura, tendo em vista o seu desenvolvimento e amadurecimento ao longo da obra, mediante o contato que este personagem passa a ter com Neruda e com o universo literário.

É importante ressaltar que embora exista uma certa admiração e respeito pela figura do poeta, isso não se traduz em uma relação de autoridade, na qual o poeta com sua intelectualidade representa um “ser superior”, na verdade, a relação de ambos se dá por meio de um respeito mútuo.

Algo que também pode ser associado com o caráter universalizante da literatura ressaltado por Candido (1999) tendo em vista que a poesia pode ser apreciada por pessoas das mais variadas classes sociais e idades, quebrando até mesmo as supostas barreiras intelectuais que impediriam pessoas com pouca escolaridade de apreciar a poesia, a música tida como erudita, os clássicos da literatura universal etc.

Para além disso, o livro também resalta um sentido político da poesia, tendo em vista o contexto histórico da Revolução Chilena retratado pelo romance, pois é também por meio da aproximação com Pablo Neruda e sua obra que Mário é instigado a participar ativamente da luta política.

5. Considerações finais

Portanto, diante do exposto é possível afirmar que a obra “O Carteiro e o Poeta” apresenta de forma muito clara um diálogo com a obra de Antônio Candido e sua percepção sobre as funções da literatura na construção intelectual e sensível do ser humano. Através da poesia de Pablo Neruda, o personagem Mário expande seus horizontes e consegue perceber o mundo ao seu redor de maneira crítica, como também, senti-lo de outra forma, assim, é possível afirmar que a poesia o transforma enquanto ser humano e cidadão, modificando sua trajetória em termos de atuação política e o seu lugar como sujeito histórico no contexto em que é situada a trama.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. Editora Appris, 2021.

BORGES, Valdeci R. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de teoria da história, ano 1. n.3, jun. 2010.

BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do PC chileno: nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas**. 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: VÁRIOS escritos. [S. l.: s. n.], 1995.

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de males, 1999.

LUKÁCS, George. **Le roman historique**. Trad. Robert Saille. [s/ed.] Paris: Payot, 1972.

SKÁRMETA, Antonio. **O carteiro e o poeta**. [S. l.: s. n.], 1996.

SKÁRMETA, Antonio. In: Antonio Skármeta. [S. l.], 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.record.com.br/autores/antonio-skarmeta/>. Acesso em: 19 set. 2022.

WEINHARDT, Marilene. **Considerações sobre o romance histórico**. Letras Curitiba, n.43,p.11-23, 1994.

WINN, Peter. **A revolução Chilena**. Unesp, 2009. 209 p.

Capítulo 6

***HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: USOS,
DESUSOS PATRIMONIAIS E RESSIGNIFICADOS
EM UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL***

Vitor Vieira Pinto

Natanael Rego Matos

Bruno Jadson Jardelino Gomes

Juliana Ferreira Cipriano

André Lucas Honório Muniz

Maria Lethycia Mesquita de Freitas

Maria Julia Sales Brasil

Virna Ferreira de Mesquita

Emilly Luana de Oliveira Pontes

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: USOS, DESUSOS PATRIMONIAIS E RESSIGNIFICADOS EM UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

Vitor Vieira Pinto

*Professor e Bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES).
Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
vitorvieirap1@gmail.com*

Natanael Rego Matos

*Professor e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de
História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal
do Ceará (UFC). nathan.istari@outlook.com*

Bruno Jadson Jardelino Gomes

*Professor e Bolsista do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP)
do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela
Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society,
seção Brasil (IGS-Br). brunojadson.14@gmail.com*

Juliana Ferreira Cipriano

*Professora e Advogada. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade
Federal do Ceará (UFC), Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA). julicipri13@gmail.com*

André Lucas Honório Muniz

*Professor e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
(PIBIC/ICT FUNCAP). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade
Federal do Ceará (UFC). andrelocashm@gmail.com*

Maria Lethycia Mesquita de Freitas

Professora e Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). lethymesquiitaa@gmail.com

Maria Julia Sales Brasil

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). majubrasil@gmail.com

Virna Ferreira de Mesquita

Professora e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do Departamento de História da UFC. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br). virnaferreira07@gmail.com

Emilly Luana de Oliveira Pontes

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). emillyluanaoliveira@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a observação e reflexão acerca do aprimoramento da fruição de 2 localidades tombadas na cidade de Fortaleza, a saber: Passeio Público e Casa José de Alencar (Dentro do espaço, visitamos também o Museu Arthur Ramos). Se tratando de localidades públicas, questionamos: Quem ocupa? Quais os usos e objetivos dados? Quais são as transformações que os espaços sofrem e provocam ao longo do tempo? Sob a ótica do poder, esses espaços têm seus usos e apropriações também condicionados a partir do arcabouço conceitual dos indivíduos que os ocupam. Analisamos como a obtenção de conhecimento influencia a dinâmica com esses espaços. Dessa forma, percebemos como o conhecimento influencia nas experiências individuais e identidades coletivas em relação ao Patrimônio. Para isso, será utilizado análises comparativas, percebendo as modificações dentro da construção de sentidos nesses espaços antes e após a obtenção de conceitos patrimoniais. Para tanto, além da ocupação dos espaços, discussões teóricas são apresentadas para aprofundar a forma como se dão as construções, desconstruções e reconstruções de sentidos desses espaços. Usamos para esse fim autores referenciais na área como Nogueira (2014;2022), Chuva (2009), dentre outros. Também utilizamos referências no âmbito da memória em Huysen (2000) e Pollak (1989). Nesse ínterim observamos tanto um aumento das

potencialidades educacionais com um aumento da valorização e apreciação desses espaços a partir do momento que entendemos os usos, objetivos e construções de sentidos, sejam eles naturais ou transformados ao longo do tempo, em uma perspectiva de disputas em longa duração.

Palavras-chave: Cidade; Espaço Público; Fortaleza; Patrimônio.

ABSTRACT

The present work aims to observe and reflect about the improvement of the enjoyment of 2 listed locations in the city of Fortaleza, namely: “Passeio Publico”, “Casa Jose de Alencar” (within the space, we also visited the Arthur Ramos Museum). When it comes to public places, the following questions arise: Who occupies it? What are the given uses and objectives? What are the transformations this spaces experiences and undergo over time? From the perspective of power, these spaces have their uses and appropriations also conditioned since the conceptual framework of the individuals that occupy them. We analyze, how obtaining knowledge influences the dynamics with these spaces. In this way, we perceive how knowledge influences individual experiences and collective identities in relation to Heritage. For this, comparative analyzes will be used to perceive the changes of the construction of meanings in these spaces before and after obtaining heritage concepts. Therefore, in addition to the occupation of spaces, theoretical discussions are presented to deepen the way in which the constructions, deconstructions and reconstructions of the meanings of these spaces take place. For this purpose, we used as reference some authors in the area such as Nogueira (2014;2022), Chuva (2009), among others. We also use references in the context of memory in Huyssen (2000) and Pollak (1989). In the meantime, we observe both an increase in educational potentialities with a sore in the appreciation of these spaces from the moment that we understand the uses, objectives and constructions of meanings, whether original or transformed over time, in a perspective of long-term disputes duration.⁵

Keywords: City; Public Space; Fortaleza; Heritage.

INTRODUÇÃO

Tanto as categorias de palavras como as noções conceituais daquilo que é entendido como “Patrimônio Cultural Brasileiro” ficaram em destaque após os eventos ocorridos na data de 08 de janeiro de 2023. Tal dia, agora infame, fora marcado pela invasão do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, todos localizados em Brasília. Não satisfeitos com a alcunha de “invasores”, começaram uma empreitada generalizada de folia destrutiva às custas de bens patrimoniais. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em nota oficial, repudia “[...] a

⁵ Traduzido por: Gabriela Passarin, Bacharel em Tradução pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) – SP, translator.gpassarin@gmail.com.

deprecação do patrimônio público e cultural, testemunho do contexto histórico e a memória da identidade brasileira” (IBRAM, 2023).

Partindo dessa premissa, o presente trabalho coloca em perspectiva como se constrói a relação pontuada pelo IBRAM: como os indivíduos constroem identidades com os bens tombados? Tendo em vista que os mesmos são considerados como representantes de contextos históricos, memória e identidade, surgem questionamentos norteadores: Será que o brasileiro conhecia os bens depredados? Conhecendo-os, se identifica com eles?

Para chegar a fundo nessas questões e participar ativamente dos debates públicos e intelectuais, o presente trabalho é oriundo da avaliação final apresentada na disciplina optativa de “História e Patrimônio” durante o semestre letivo de 2023.2, possuindo como docente o Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, locado na Universidade Federal do Ceará (UFC). Resultado da experiência física com a cidade bem como das reflexões teórico-crítica fornecidas pela disciplina, conseguimos observar, nos espaços públicos da cidade de Fortaleza, a saber: Passeio Público, Casa José de Alencar (CJA) e Museu Arthur Ramos, a relação dialética entre os bens tombados como patrimônios (nesses casos, bens de “pedra e cal”) e o processo de identificação e construção, desconstrução e reconstrução de múltiplas narrativas por parte dos indivíduos que frequentam e pensam sobre esses espaços.

Nesse íterim é necessário pensarmos em quem está ocupando os espaços públicos citados outrora e como se dá essa ocupação ao longo do tempo. Como locais em disputas de poder, devemos analisar como o conhecimento patrimonial e os processos de mediação são *mister* para que ocorra uma valorização e construção de estruturas sentimentais das pessoas com os ambientes que ela ocupa e, dentro de uma perspectiva mais ampla, um processo de identificação e mobilização em prol daquilo que é classificado como Patrimônio Cultural Brasileiro.

SENTIDOS DA DISCIPLINA

No início da disciplina o Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, locado na UFC, fomentou uma reflexão com todos os alunos presentes tendo como objetivo compreender o que cada um dos presentes na ocasião entendia ou conhecia acerca da grande temática da disciplina: Patrimônio.

Um clima comum das respostas dizia respeito ao evento ocorrido no começo do ano na Capital de nosso País. Se existe alguma coisa positiva desse fatídico dia, é precisamente o aumento da temática patrimonial. Tendo por base as condições da invasão do congresso em 8 de janeiro de 2022, 7 dias após a posse do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, é pontuado como os conhecimentos acerca dessa temática eram diminutos, até mesmo dentre os alunos que cursam História. A temática tomou conta dos noticiários e jornais e muitos não estavam inseridos nas discussões, recebendo passivamente as informações veiculadas pelos meios de comunicação, mas não construindo e pensando nos significados presentes e futuros.

Uma vez superada a reflexão inicial, a disciplina se calcou, em sentidos holísticos, na noção de que o Patrimônio não é uma carpideira, ainda presentes em funerais católicos e interiores. As choradeiras eram mulheres ou senhoras, dentro de uma visão mais romantizada da prática, solicitadas para chorar, lamuriar e emocionar nos funerais. O Patrimônio não é, em sua concepção mais moderna, uma forma de homenagear aqueles que foram ou uma ode gloriosa aos tempos outrora.

Patrimônio é discurso, disputa e estrutura de sentimentos condicionado pelo tempo presente. Oriundo das problemáticas do hoje - na preservação de memórias ameaçadas, na construção social de novas leituras e potencialidades de um futuro - que os locais em “pedra e cal”, os utensílios, as práticas, o saber fazer dentre outros são postas à baila quando o assunto é pensar e debater se existe valor cultural e afetivo de patrimonializar.

BASES PARA O PENSAMENTO PATRIMONIAL

Como lugar de disputas de memórias, os Patrimônios passam por questionamentos: Por que lembrar? Como lembrar? Quando lembrar? Dessa forma, quem domina essa disputa, domina a narrativa. Mas ela passa por um processo de negociação que concilia memórias coletivas com individuais (Pollak, 1989).

E aqui cabe pensarmos: No que consistia a memória coletiva? Qual narrativa ou sentimento ela pretendia e pretende evocar? Podemos pensar isso em uma perspectiva mais clássica, calcada na visão do outrora Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, 1937 - 1945). Nessa época, o órgão era composto majoritariamente por arquitetos modernistas que, ao patrimonializar, buscavam um retorno que representasse a nação:

O contexto de nacionalização do Estado brasileiro em que se inseriu a gestão estatizada de bens simbólicos encetada a partir do SPAHN caracterizou-se pelo projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação. Nessa busca de 'capitais simbólicos' que deveriam sintetizar a nação numa única *brasilidade*, reuniram-se diferentes frentes de ação no MES, numa ampla teia que ia da pedagogia à higiene, na tentativa de 'construção do homem brasileiro'. O SPAHN investiu no projeto de construção da nação, consagrando uma história concreta, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado, conforme a prática seletiva revelou, como um objeto predefinido e que, nesse momento, estava sendo (des)vendado, (des)coberto" (Chuva, 2009, p. 207).

Dessa forma, a proposta de patrimonialização da época era construir essa nação, a ode ao passado glorioso e memorado por meio de um patrimônio "pedra e cal" que seria o encapsulamento da nação e do homem que nela habitava e representava. Como proposta fundamental, essa noção mais clássica relegou diversos grupos, práticas e vivências ao esquecimento, uma vez que não se adequava no crivo que veio compor aquilo que se entendia na época como *brasilidade*. Mas isso não iria perdurar por muito tempo. Michael Pollak ao refletir sobre a "destalinização" ocorrida em meados de 1900, comenta que existe uma:

Irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória 'proibida' e portanto 'clandestina' ocupa toda a cena cultura, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (Pollak, 1989, p. 5).

Os "Patrimônios Difíceis" (Meneguelo, 2022) é o resultado conceitual e prático dessa irrupção. Aqueles que tiveram suas vozes silenciadas conseguiram, através da incansável luta social e política, provocar rupturas no pensamento e nas tentativas de narrar um passado glorioso sem máculas - tentativas de construção do Estado como vitrine - e evidenciou a reverberação dos "não-ditos" tão cruelmente silenciados . Dessa forma, Meneguelo (2022, p. 387) aponta que:

[...] o patrimônio difícil nos obriga a reconhecer, dentro do presente, um passado significativo que é, ao mesmo tempo, inadequado e impeditivo da reconciliação pública e proibitivo para a afirmação de identidade como positiva e tranquilizadora.

O passado que não passou continua como presente, e os testemunhos e testemunhas são a prova material desse fato. Essa organicidade de subjetividades e reivindicações memorialísticas e culturais atuam como pontos de dissonância da narrativa pública oficial. Novamente temos o enfoque primordial de que o Patrimônio não é a carpideira dos mortos. Muito pelo contrário, ele é presente dos vivos e produto das reflexões e identificações das estranhezas deixadas pelos mortos, calcado não simplesmente em materiais de construção, mas sim nas problemáticas do contemporâneo.

Dois marcos temporais ou “itinerários” foram necessários para a consolidação da noção mais ampla de Patrimônio que temos hoje: O “Conceito Antropológico de Cultura”, por volta de 1940, e o mais recente sendo a “Patrimonialização das Diferenças” no final dos anos 1900 e começo dos anos 2000. Nesse ínterim, a carta magna da Nação - A Constituição de 1988 - foi pujante, uma vez que:

[...] potencializou a defesa da diversidade cultural de distintos grupos étnico-culturais, legitimando a emergência de novos sujeitos de direito coletivo, como os povos indígenas, quilombolas e de culturas tradicionais. Foi apropriado igualmente para a legitimação de iniciativas em torno de grupos sociais variados, oriundos de mobilizações de partidos políticos, sindicatos, associações de bairros etc (Netto, 2020, p. 9).

Mas não podemos nos esquecer que, embora seja um processo de lutas e disputas intelectuais, o ato de patrimonializar não está descolado dos usos públicos que fazem do mesmo. Todo Patrimônio carrega em si mesmo a potencialidade de construir sentidos, necessitando assim de um processo de mediação e educação em torno dele. Assim, não podemos perder de vista o viés historiográfico e profissional atuante na área da História uma vez que, conforme Nogueira (2014, p. 48):

Seja como norteadora dos procedimentos metodológicos de investigação para a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, seja como narrativa de atribuição de valor de patrimônio a subsidiar a sua gestão e a uma escrita do patrimônio, a história tem sido requisitada de formas distintas.

Dessa forma, algumas atividades foram proporcionadas na disciplina com vias de ampliar o contato dos alunos com espaços patrimonializados, aumentando assim os seus conhecimentos e vivências dos usos públicos dessas localidades. Os integrantes da disciplina conseguiram pensar conjuntamente, em como podemos

utilizar esses locais com viés educativo, valorizando a memória e construindo novos sentidos. Os locais que visitamos foram: CJA e o Passeio Público.

EMPIRISMO NOS ESPAÇOS: CASA JOSÉ DE ALENCAR (CJA) E MUSEU ARTHUR RAMOS

Na CJA tivemos a oportunidade de estarmos presentes nos arredores da casa em si e do engenho, bem como no espaço Arthur Ramos. A casa onde supostamente nasceu o escritor José de Alencar estava cercada com arames farpados, tendo em vista que atualmente ela passa por um processo de estudo e preservação, visando a integridade estrutural da mesma. A localidade foi ocupada pelo escritor até seus 9 anos de idade, passando a maior parte de sua existência ocupada por outras pessoas (Andrade; Pereira, 2016). Esse fato nos leva a um questionamento: até que ponto o “lugar de origem” de nosso escritor - onde não produziu suas obras - pode ser visto como o Patrimônio que evocava uma suposta brasilidade? As palavras de Márcia Chuva nos ajudam a chegar no cerne da questão:

[...] ideia fetichista de homenagear personagens vinculadas a uma história a ser contada por meio de edificações que as simboliza, como, por exemplo, ‘a casa onde nasceu Ana Néri’. Ao fazê-lo, criavam heróis que teriam sido, nessa perspectiva, peças-chave na construção de uma nacionalidade (Chuva, 2009, p. 216).

Figura 1: Casa José de Alencar.



Fonte: Acervo dos Pesquisadores, 2023.

Figura 2: Anexo construído ao lado da Casa José de Alencar.



Fonte: Acervo dos Pesquisadores, 2023.

A pequena casa feita de madeira de carnaúba foi patrimonializada sob o pretexto de ser um local com valor arquitetônico em 1964, ano que se deu o início de uma regime ditatorial no Brasil. Interessante notar que foi durante esse momento político que se deu uma passagem notável das noções de patrimônio, fugindo da noção de pedra e cal e ingressando, conforme Netto:

Identificar toda a dinâmica cultural como patrimônio, propiciando reconhecimento em potencial da diversidade do país, sobretudo com o registro da cultura popular, que culminou na luta pela fragmentação de identidades nacionais vistas como homogêneas (Netto, 2020, p. 8).

Em consonância a isso, a Casa José de Alencar foi, durante longos anos, um local de fomento à arte e cultura, contando com restaurante, eventos etc. Infelizmente passou um tempo em baixa devido sobretudo a fatores financeiros. Desde 2014 a curadoria do local busca promover um Projeto Educativo aliado à Universidade Federal do Ceará, responsável pela preservação e manutenção do local para atrair, tanto os universitários ao espaço geridos por sua *alma mater* como também divulgar o ambiente como local de fomento e ser pensado e utilizado hoje pelas múltiplas camadas sociais e educacionais.

As ações educativas visam, sobretudo, as matérias de artes, português, literatura e história, mas podemos ampliar as noções. Como o Patrimônio é plural e, após a sua virada cultural que expandiu o que entendemos do termo, não podemos pensar nesse espaço como fechado “as humanidades”, mas sim em uma perspectiva de:

[...] rearranjo interno ao campo [...] em evidência as divisões e disputas disciplinares, tendo cada uma das disciplinas procurado legitimar um

novo lugar de fala e de posição como garantia de reconhecimento e de lugar de mercado. Também é necessário perceber que a dilatação da noção de patrimônio cultural e a nova configuração do campo, centrada na construção de um diálogo mais sistemático, não mais somente entre as disciplinas das ciências humanas e ciências sociais (entraram em cena a biologia, o direito, o turismo, a ciência da informação, etc.), representam um movimento maior de expansão das fronteiras do patrimônio corporificado no expressivo número de editais (IPHAN, PROEXT) que contemplam projetos de caráter interdisciplinar, potencializados pelas temáticas transversais da diversidade cultural e dos direitos culturais e à memória (Nogueira, 2014, p. 47).

Então o espaço pode e deve ser pensado para o ensino de Biologia, utilizando a diversidade de plantas e frutos presentes no local, questionando, por exemplo, aos alunos os seus hábitos alimentares, o conhecimento que eles possuem da flora local etc. A Química pode ser pensada junto aos escombros do engenho, analisando processos de combustão, transformação da cana em açúcar etc. Física pode ser aplicada nos usos das energias naturais (diversos tipos de moinho) e seus usos. Uma alta gama de possibilidades e construções de novos sentidos nas mais múltiplas camadas disciplinares, não somente das humanidades, cujo imenso potencial para aplicação ainda há de ser identificado e trabalhado.

O Museu Arthur Ramos, cujo acervo foi disponibilizado por sua esposa, Luiza Ramos, é um espaço cultural de destaque no terreno da CJA. Dentro do museu antropológico encontramos diversos utensílios que nos permitem compreender como a profunda religiosidade foi utilizada como forma de ressignificar e resistir à realidade dos povos pretos escravizados. Outros utensílios nos auxiliam a pensarmos em como os pretos “livres” constantemente buscavam novas formas de se inserir na sociedade pública brasileira não mais como objetos, mas como indivíduos dotados de vontades e necessidades, utilizando as demandas da época como vias de inserção.

Figura 3: Oxum



Fonte: Acervo dos Pesquisadores, 2023.

Na presente ocasião, a mediadora da excursão explicou sobre cada um dos utensílios e fomentou discussões para pensarmos não somente nas potencialidades de usos do espaço, mas pensarmos no espectro cultural; em como cada um daqueles objetivos é significativo como estrutura de sentimentos que reverberam até nós, esperando terem suas vozes ouvidas.

Também visitamos o acervo guardado do museu, tendo a oportunidade de vermos mais utensílios, roupas e até um osso de preguiça gigante. Notamos e questionamos a ausência de portas corta fogo e outras formas de prevenção e contenção de incêndios. Um dos mediadores tomou do seu tempo para nos explicar que não somente elas, mas também outra gama de recursos protetivos estão no projeto de melhorias do local, mas que, devido ao orçamento, era um processo de longa e demorada duração.

EMPIRISMO NO ESPAÇO: PASSEIO PÚBLICO

A segunda aula em campo que tivemos a oportunidade de estar foi a ida ao Passeio Público ou Praça dos Mártires.

Figura 4: Passeio Público - Primeiro Plano.



Fonte: Acervo dos Pesquisadores, 2023.

Antes da ida a localidade, debatemos, durante as aulas, o aparato teórico necessário para entendermos as regiões, processos de construções e diferentes usos do espaço. A começar pelo Passeio Público, é digno de nota que o processo de tombamento do primeiro plano - originalmente construído com o objetivo de ser um espaço de lazer e palco de toda pompa e circunstância para as camadas abastadas da sociedade - só se deu após a concessão da Prefeitura de Fortaleza do segundo plano, hoje uma área militar (Castro, 2009).

A criação de um Passeio Público não é fator inédito à experiência fortalezense, considerando que a reprodução destes espaços ocorreu em outras cidades brasileiras, a exemplo o Passeio Público do Rio de Janeiro. Deliberadamente projetado a fim de se assemelhar aos passeios públicos europeus, sobretudo os de Lisboa, é notável a afirmação de uma moral burguesa, orientada pelo espírito da *Belle Époque* francesa, concatenada na materialidade desta arquitetura. A presença de estátuas no Passeio Público de Fortaleza, representações míticas de matéria greco-romana, elucida os valores considerados fundamentais à ética de um homem racional. Requisitadas, em 1864, pelo então Presidente da Província, Bento Figueiredo, a presença das estátuas objetivava proporcionar uma experiência de contemplação e reflexão sobre determinadas virtudes, como Fé, Esperança, Trabalho e Inocência. Eram, em verdade, cópias de dimensão menor que foram importadas, cuja listagem inicial constava a aquisição de uma Vênus, uma Diana, um Mercúrio, um Baco e uma Hebe (Castro, 2009) Em 1939, o historiador João Nogueira identificou a existência de 11 estátuas, tais como a de Prometeu, Gladiador, uma Vênus de Milo, algumas *baigneuses*, entre outras.

Para todos os efeitos, sabe-se que a obtenção das estátuas se deu de maneira desordenada, observando-se, inclusive, o desaparecimento de algumas peças e o remanejamento de outras. Interessante salientar que João Nogueira teve dificuldades em identificar a origem da reprodução ou a delimitação de certos atributos de algumas delas, o que é elucidativo da tese de que as referências simbólicas das imagens não eram partilhadas por todos os frequentadores do local.

É significativo notarmos que essa área concedida fora destinada para camadas médias da população, segregando os mesmos das classes altas. Conta-se que existia um terceiro nível, destinado às camadas baixas. Esse já não existe mais. Os simbolismos moram quando analisamos que o espaço só foi tombado quando o nível destinado à burguesia sofreu o risco de também ser cedido. A área rica, quando foi ameaçada de destruição, obteve o tombamento e preservação. Mais um espaço de memória onde as ausências continuam ecoando através do tempo e do espaço anulado.

Embora a localidade tenha passado por diversos usos e desusos pelas mais amplas camadas socioeconômicas e, em tempos recentes, por um processo de “Requalificação” houve, na realidade, uma expulsão das rameiras presentes na praça bem como o detrimento da prática de ambulantes e pequenos comerciantes que tinham na praça um local de aporte para as suas atividades.

Inferimos assim que existe um projeto de “higienização” do local, removendo ou cerceando os elementos que, de uma perspectiva inserida nas disputas de poder, não sejam os mais interessantes, uma vez que modificam a visão e memória da praça: aquela que antes fora a menina dos olhos do centro se tornou, durante um bom tempo, um foco de prostituição. Com as mudanças recentes, a praça vai mudando novamente sua apresentação, não voltando a ser o que era no imaginário social, mas adquirindo uma visão mais honrosa perante os olhos atentos da burguesia.

No Passeio Público também contamos com diálogos mediados e apresentados pelo o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História. Concomitantemente a nossa estadia, os alunos do Colégio Militar estavam realizando uma aula em campo. Alguns alunos passaram a refletir nas dicotomias presentes entre os diferentes alunos dessas instituições, a mais direta sendo a liberdade concernente a unidade da vestimenta por parte do Colégio Militar em contraponto aos diferentes estilos e expressões pessoais nas roupas dos Graduandos em História da UFC.

Os bolsistas explicitaram informações pertinentes a trajetória do Passeio Público até o presente bem como fomentar mais discussões acerca de quem usava e quem ainda usava o espaço, pontuando as finalidades modernas e o processo de transformação. Ao falarem do período no qual a imagem vigente da localidade era de ser, os Bolsistas comentaram acerca de experiências próprias. Ao comentarem com seus familiares que iriam fazer uma intervenção na Praça dos Mártires, os membros mais antigos em idade relataram a imagem que eles carregam da Praça: um recanto para as rameiras.

METODOLOGIA

O presente trabalho se utilizou, como método, a pesquisa qualitativa, bibliográfica e empírica, analisando e problematizando as vivências experimentadas nas aulas em campo através do escopo teórico-metodológico adquirido e debatido ao longo da disciplina de “História e Patrimônio” da Universidade Federal do Ceará, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira. As discussões foram embasadas a partir das leituras fomentadas pela disciplina, bem como outras referências pertinentes ao âmbito patrimonial, a saber: *Os arquitetos da memória* (Chuva, 2009), *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação* (Nogueira, 2014), *Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil* (Abreu, 2015), *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (Huysen, 2000) dentre outros conceituados na área de patrimônio e memória.

Dessa forma, conseguimos escrutinar as experiências obtidas na Casa José de Alencar, Museu Arthur Ramos e Passeio Público antes e após a obtenção de noções patrimoniais. Nesse ínterim, temos que o processo de identificação e sensibilização do público para com os bens, locais, práticas, etc que são patrimonializados dependem, também, do conhecimento adquirido. Dessa forma, entendemos que construir sentimentalismos e afetos com os bens patrimonializados vai muito além de um mero livro ou processo burocrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática, tendo como enfoque as transformações de sensibilidades e conexões criadas por aqueles que usufruem dos bens tombados e, para efeitos deste trabalho, locais tombados, percebemos um campo em expansão cuja necessidade de atuação é emergencial. Realizando um movimento cíclico, nos conectando com a introdução, voltamos para o fatídico 8 de janeiro de 2023, a folia destrutiva. Observamos nesse momento uma turba revoltada acabou por vandalizar os patrimônios brasileiros. Objetos que carregam consigo uma carga emocional, ressonâncias memoriais e simbólicas.

Mas carregam para quem? Para aqueles que as macularam, não passavam de simples objetos de vida. A falta de conhecimento gritou mais alto. Esse grito da falta do saber é algo que carregamos conosco, até mesmo ao visitar novas localidades, ou até mesmo a nossa própria cidade. Como demonstrado no presente relato de experiência, gestar valores sentimentais e identitários exigem a conexão não apenas o espaço, a “pedra e cal”, mas também o conhecimento das cargas afetivas, simbólicas, históricas que eles carregam e reverberam através do tempo.

Percebemos, portanto, como o Patrimônio tem uma ampla gama de atuação, para muito além de indumentárias, mas precisa passar por um processo educativo, laborioso e recompensador. À medida que as noções culturais se expandem, que mais e mais grupos se identificam como coletividade e reivindicam seu direito a história, o patrimônio e ainda mais a mediação patrimonial se mostram mister para a coesão social.

Dessa forma, o presente trabalho busca, à sua maneira, relatar a experiência de pessoas que foram afetadas pelo patrimônio e pela mediação de profissionais qualificados. Como resultado desse processo, as noções de cidade, pertencimento e profissionais foram modificadas, proporcionando todo um novo universo de potencialidades, éticas e profissionais. Tais práticas educativas devem começar na base, utilizando os espaços tombados para o fomento artístico, cultural e simbólico, para que, no futuro, não precisemos remediar os danos e traumas de outro 8 de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. P. 67-93

CASTRO, Liberal De. **Passeio Público**: espaços, estatuária e lazer. Revista do Instituto do Ceará, p.41-114. 2009.

Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio/ vários autores; organizado por Raymundo Netto; Coordenação de Cristina Rodrigues Holanda; ilustrado por Daniel Dias - Fortaleza, CE : Fundação Demócrito Rocha, 2020.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Meneguello, Cristina. **Patrimônio Difícil**: um conceito incompleto. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto (org.). Patrimônio, Resistência e Direitos. 1. ed. Fortaleza: ANPUH/UFC, 2022. p. 385-393.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O campo do patrimônio cultural e a história**: itinerários conceituais e práticas de preservação. Antíteses (Londrina), v. 7, p. 45, 2014.

Nota de Repúdio aos atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/nota-de-repudio-aos-atos-de-vandalismo-de-8-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 01 de ago. de 2023.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org). **Patrimônio, resistência e direitos** : histórias entre trajetórias e perspectivas em rede. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista de estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, Frederico de Andrade ; OLIVEIRA, Marcia Pereira de . Educação Patrimonial na Casa José de Alencar: relato de uma experiência teórico-prática. In: Maria Juriaci Maia Cavalcante (Organizador) Patrícia Helena Carvalho Holanda (Organizador) Roberto Barros Dias (Organizador). (Org.). **Histórias de pedagogia, ciência e religião**: discursos e correntes de cá e do além-mar. 1ed.Fortaleza: Editora UFC, 2016, v. , p. 326-342.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático, v. 5, p. 38-48, 2016.

AUTORES

André Lucas Honório Muniz

Professor e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ICT FUNCAP). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). andrelucashm@gmail.com

Bruno Jadson Jardelino Gomes

Professor e Bolsista do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br).brunojadson.14@gmail.com

Emanuele de Freitas Freire

Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cajazeiras; emanuele.freitas@estudante.ufcg.edu.br

Emilly Luana de Oliveira Pontes

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). emillyluanaoliveira@gmail.com

Gabrielle Rodrigues da Silva

Mestranda pelo programa de pós-graduação em História Pública da Universidade do estado do Paraná – ENESPAR/ campus de Campo Mourão-PR, gabriellerodrigues22@gmail.com

Grasielle Rodrigues da Silva

Mestranda pelo programa de pós-graduação em História e Regiões da Universidade estadual do Centro-oeste – UNICENTRO/ campus Irati/PR, grasiellerodriguesdasilva@gmail.com

José Jorge de Oliveira Sobrinho

Mestrando em História no PPGH-UFG, especialização em Docência Profissional pelo IFG e graduação em História pelo IFG. E-mail: jorgehistoriaigh@gmail.com

Juliana Ferreira Cipriano

Professora e Advogada. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). julicipri13@gmail.com

Laisa Carolina Plaza Neves

Especialização em Docência Profissional pelo IFG e graduação em História pelo IFG. E-mail: laisaplaza2@gmail.com

Maria Julia Sales Brasil

Professora e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Departamento de História da UFC. Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). majubrasil@gmail.com

Maria Lethycia Mesquita de Freitas

Professora e Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). lethymesquiitaa@gmail.com

Mariana Valenca Felix

Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cajazeiras; mariana.valenca@estudante.ufcg.edu.br

Natanael Rego Matos

Professor e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de História da UFC. Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). nathan.istari@outlook.com

Virna Ferreira de Mesquita

Professora e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do Departamento de História da UFC. Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Membro da International Gramsci Society, seção Brasil (IGS-Br). virnaferreira07@gmail.com

Vitor Vieira Pinto

Professor e Bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PRP/CAPES).
Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
vitorvieirap1@gmail.com



EDITORA
UNION

ISBN 978-658488528-8



9 786584 885288